



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 599

Quinta-feira - 21 de Outubro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	3
Arroio Trinta.....	3
Biguaçu	5
Caçador.....	6
Campo Alegre	6
Campos Novos.....	14
Capinzal	20
Catanduvas.....	21
Chapadão do Lageado	52
Concórdia	52
Coronel Martins.....	53
Curitibanos	58
Eral Velho	58
Forquilha.....	59
Fraiburgo.....	60
Garopaba.....	62
Gaspar	64
Governador Celso Ramos	64
Imbituba	65
Irineópolis	67
Itapoá	68
Joaçaba.....	69
Lauro Muller	71
Luzerna	71
Massaranduba.....	71
Meleiro	71
Morro da Fumaça	74
Nova Trento	75
Paulo Lopes	77
Pinheiro Preto	79
Porto Belo.....	81
Porto União.....	86
Rio do Sul.....	88
Salto Veloso	94
São Lourenço do Oeste.....	94
São Pedro de Alcântara.....	95
Schroeder	95
Turvo	103
Videira.....	103

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 106/2010

DECRETO Nº 106/2010 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aquisição de veículos para transporte escolar municipal.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 4.4.90.00.0.1.0019/180 e 4.4.90.00.0.1.0001/181 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.0.1.0019/180 Aplicações Diretas	R\$ 165.000,00
4.4.90.00.0.1.0001/181 Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
TOTAL	R\$ 172.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação na rubrica de Transferências do FUNDEB e Receita de Impostos - Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de outubro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto Nº 107/2010

DECRETO Nº 107/2010 - DE 05 DE OUTUBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846/2009 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento do PASEP.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.0.3.0000/177 Transferências a União R\$ 22.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2009 verificado na rubrica de Recursos Ordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de outubro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 108/2010

DECRETO Nº 108/2010 - DE 05 DE OUTUBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.891,16 (sete mil oitocentos e noventa e um reais e dezesseis centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação dos valores referente rendimentos de aplicação financeira dos recursos repassados pelo FUNDEB e aplicação Convênio SSP Trânsito.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente os elementos de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.365.0033.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.0.1.0007/172 Aplicações Diretas R\$ 1.901,56

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRAN-
SITO

3.3.90.00.0.1.0056/123 Aplicações Diretas R\$ 5.989,60

TOTAL R\$ 7.891,16

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação no exercício de 2010 verificado nas rubricas 1.3.2.1.01.00.00.00.00 Juros de Títulos de Renda - Rendimentos FUNDEB e 1.7.6.2.99.01.00.00.00 Convênio Trânsito Prefeitura.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de outubro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 109/2010

DECRETO Nº 109/2010 - DE 05 DE OUTUBRO DE 2010

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.846/09 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totalmente as seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE

3.1.71.00.0.1.0002/8. Aplicações diretas R\$ 4.173,00

3.3.71.00.0.1.0002/9 Aplicações diretas R\$ 4.173,00

TOTAL R\$ 8.346,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE

3.3.90.00.0.1.0002/6 Aplicações Diretas R\$ 8.346,00

TOTAL R\$ 8.346,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de outubro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº. 130/2010**

DECRETO Nº. 130/2010 de 18 de Outubro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 20.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de Outubro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Outubro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 384/2010

PORTARIA Nº 384/2010

Concede Licença Premio a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, uma LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor EDUARDO PRIM HOFFMANN, ocupante do Cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, a contar de 04 de Outubro de 2010, relativo ao período aquisitivo de Novembro/2003 a Novembro/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de Outubro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 19 de Outubro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1503, de 13/10/2010.**

LEI Nº 1503, DE 13/10/2010.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1489, DE 24/06/2010 que Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de ARROIO TRINTA (REFIS - ARROIO TRINTA).

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 1489/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal no Município de ARROIO TRINTA (REFIS - ARROIO TRINTA), com o fito de regularização de créditos tributários e não tributários do Município, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009.

§1º. Poderão ser incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA eventuais saldos de parcelamentos com parcelas vencidas ou vincendas e os débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até a data da formalização do pedido de ingresso.

§2º. ()

Art. 2º ()

§1º. Os débitos tributários e não tributários incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§2º. A formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA poderá ser efetuada até 31 de dezembro de 2010.

§3º. ()

Art. 3º A formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA implica no reconhecimento dos débitos tributários e não tributários, nele incluídos e fica condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam os atos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Art. 4º ()

§ 1º - ()

§ 2º - ()

§3º. ()

§4º. Durante o período do parcelamento ficará suspensa a exigibilidade dos créditos tributários e não tributários.

§5º. ()

§6º. ()

§7º. ()

Art. 6º ()

§1º. ()

§2º. ()

Art. 7º O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA impõe ao sujeito

passivo a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irratável da dívida relativa aos débitos tributários e não tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e no artigo 202, inciso VI, do Código Civil.

Parágrafo único. ()

Art. 8º ()

Art. 9º ()

Art. 10 Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA.

Art. 11 A vigência da presente Lei não configura restrição ao direito/dever do Poder Executivo Municipal de propor as medidas judiciais pertinentes para a cobrança dos créditos tributários e não tributários ameaçados pelo alcance do instituto da prescrição.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua sanção.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 13 de outubro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 13 de outubro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1331

DECRETO Nº 1331, de 20 de outubro de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item II da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.06	SERVIÇOS URBANOS
02.06.06	SEGURANÇA PÚBLICA
02.06.06.181	POLICIAMENTO
02.06.06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL
02.06.06.181.0601.2007	MANUTENÇÃO CONVENIO POLICIA MILITAR
33900000-0154.00	Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$ 2.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
----	---------------------

02.06	SERVIÇOS URBANOS
02.06.06	SEGURANÇA PÚBLICA
02.06.06.181	POLICIAMENTO
02.06.06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL
02.06.06.181.0601.2007	MANUTENÇÃO CONVENIO POLICIA MILITAR
44900000-0154.00	Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de outubro de 2010.

CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 20 de outubro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1332

DECRETO Nº 1332, de 20 de outubro de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.10	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
02.10.26	TRANSPORTE
02.10.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
02.10.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS
02.10.26.782.2601.2053	MANUTENÇÃO DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS
33900000-0300.00	Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$ 11.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2009, na fonte 00000 - Recursos Ordinários, 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de outubro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 20 de outubro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 133/2010

DECRETO Nº 133/2010

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA IREILDES ANGELINA DUTRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IREILDES ANGELINA DUTRA, inscrita no CPF nº 019798709-50 e no PASEP nº 1701839011-5, detentora da matrícula funcional nº 365, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 608,55 (seiscentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de outubro de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto 134

DECRETO Nº 134/2010

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA RITA MARTA MARCELINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora RITA MARTA MARCELINO, inscrita no CPF nº 860252959-72 e no PASEP nº 17018390190, detentora da matrícula funcional nº 430, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 597,86 (quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de outubro de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto 172/2010

DECRETO Nº 172/2010

DETERMINA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, EM CARÁTER PROPORCIONAL, NOS TERMOS DO ART. 40, §1º, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, OBSERVADA A REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998, E DO ART. 1º DA LEI FEDERAL Nº 10887/04 E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DO SERVIDOR ANTONIO PAULO GARCIA.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a concessão de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso II da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 20/1998 ao servidor ANTONIO PAULO GARCIA, portador do CPF nº 246.728.589-87 e do PASEP nº 106.413.533-05, detentor da matrícula funcional nº 571, ocupante do cargo de provimento efetivo de Topógrafo, lotado na Secretaria Municipal de Obras

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, correspondente a 83,94% (oitenta e três vírgula noventa e quatro por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei federal nº 10887/04, perfazendo o montante de R\$ 779,64 (setecentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e produz seus efeitos a partir de 17/10/2010, nos termos do art. 24 da Lei 1619/2001..

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 15 de outubro de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração e Prorrogação CC 01-2010 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR
ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência nº 01/2010 Fundema.
Objeto: alteração da alínea □'r" do item 2.1 do Edital.
Entrega dos Envelopes: 14:00 Horas do Dia 26/11/2010.
Abertura dos Envelopes: 14:15 Horas do Dia 26/11/2010
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, pelo e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de outubro de 2010.
ANDRÉ FRANCISCO CANALLE
Presidente

Aviso Licitação PR 12-2010 ASS. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 12/2010
TIPO: Menor Preço Por Item
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TONER DESTINADOS A FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 05/11/2010.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 05/11/2010.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de outubro de 2010.
ANTONIO CARLOS CASTILHO
Secretário de Assistência Social

Aviso Licitação PR 20-2010 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 20/2010

TIPO: Menor Preço Por Item
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TONER PARA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 05/11/2010.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 05/11/2010.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de outubro de 2010.
ANDRÉ FRANCISCO CANALLE
Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.635

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.635 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 123.157,45 (cento e vinte e três mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação	
05.01 - Serviço de Ensino Fundamental	
1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolar de Ensino Fundamental.	
400000.00.141 - Despesas de Capital	
440000.00.141 - Investimentos	
449000.00.141 - Aplicações Diretas	
449051.00.141 - Obras e Instalações	R\$ 123.157,45

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos Transferidos do FUNDEB (cód 141);

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de outubro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.636

LEI Nº 3.636 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 255.541,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.500,00
2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 24.000,00
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 2.700,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.011 -	Contribuição para a formação do PASEP	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 25.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 9.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	

06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 900,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.052 -	Pessoal da Secretaria Munic. de Planejamento, Transporte e Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 34.441,00
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 3.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 50.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 10.000,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 25.000,00
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 255.541,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 3.600,00
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 5.400,00

2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 25.000,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.600 -	Bolsa de Estudo a servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 7.300,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
1.002 -	Programa de Premiação do Pagamento de IPTU	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artísticas Científicas Desportivas e Outros.	R\$ 1.000,00
2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 4.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 7.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo a Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 9.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
2.036 -	Manutenção e Coordenação das Ativ. do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 900,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 30.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 6.800,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	

07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
1.011 -	Capacitação e Profissionalização do Jovem Rural	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 29.600,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 2.900,00
2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.016 -	Atualização do Plano Diretor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 500,00
2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 34.000,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 5.000,00
13.00 -	FHIS - Fundo Mun. De Habitação de Interesse Social	
13.01 -	Gerenciamento do FHIS	
1.022 -	Implantação de Conjuntos Habitacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 596,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 100,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 745,00
449061.00.136 -	Aquisições de Imóveis	R\$ 100,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 45.000,00
TOTAL		R\$ 255.541,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de

outubro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.241

DECRETO Nº 6.241 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT
FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.635; DECRETA:
Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 123.157,45 (cento e vinte e três mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.01 - Serviço de Ensino Fundamental
1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolar de Ensino Fundamental.
400000.00.141 - Despesas de Capital
440000.00.141 - Investimentos
449000.00.141 - Aplicações Diretas
449051.00.141 - Obras e Instalações R\$ 123.157,45

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos Transferidos do FUNDEB (cód 141);

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de outubro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.242

DECRETO Nº 6.242 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.636; DECRETA:
Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 255.541,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento

Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.500,00
2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 24.000,00
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 2.700,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.011 -	Contribuição para a formação do PASEP	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 25.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 9.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 900,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 34.441,00
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 3.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 50.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339093.00.136 -	Indenizações e Restituições	R\$ 10.000,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 25.000,00
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 255.541,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 3.600,00
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 5.400,00
2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 25.000,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.600 -	Bolsa de Estudo a servidor	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 7.300,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
1.002 -	Programa de Premiação do Pagamento de IPTU	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artísticas Científicas Desportivas e Outros.	R\$ 1.000,00
2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 4.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 7.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo a Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 9.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
2.036 -	Manutenção e Coordenação das Ativ. do Conselho Tutelar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 900,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 30.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 6.800,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
1.011 -	Capacitação e Profissionalização do Jovem Rural	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 29.600,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 2.900,00
2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.016 -	Atualização do Plano Diretor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
1.021 -	Implantação do Aterro Sanitário Municipal	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 500,00
2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 34.000,00
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.000,00
319113.00.136 -	Contribuições Patronais	R\$ 5.000,00
13.00 -	FHIS - Fundo Mun. De Habitação de Interesse Social	
13.01 -	Gerenciamento do FHIS	
1.022 -	Implantação de Conjuntos Habitacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 596,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 100,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 745,00
449061.00.136 -	Aquisições de Imóveis	R\$ 100,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 45.000,00
TOTAL		R\$ 255.541,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de outubro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.579

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.579 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO À EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:
Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Chefe do Serviço de Apoio à Educação - JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, matrícula nº 000084, referente ao período aquisitivo: 15 de janeiro de 2009 à 14 de janeiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias a partir de 20 de outubro de 2010 à 29 de outubro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de outubro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Aditivo Contratual Nº 81/2010 - PREF

ADITIVO CONTRATUAL Nº 81/2010

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE: ALTERAR O CONTRATO Nº 61/2010, originado do processo licitatório nº 55/2010, modalidade Convite, nos seguintes aspectos: a) Acrescer quantitativo no valor total de R\$ 7.787,03 (sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e três centavos); e b) prorrogar o prazo do contrato até 30 de dezembro de 2010, considerando a Justificativa e Solicitação do Serviço de Engenharia deste Município, Planilha de Orçamento da empresa contratada e parecer jurídico favorável, nos termos e condições constantes das cláusulas aqui estabelecidas.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA, fica convencionado seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE QUANTITATIVO

Acresce ao contrato nº 61/2010 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

QTDE	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor Unit. (R\$)	Valor Total(R\$)
		7. ESQUADRIAS		

3,15	M²	PORTA-JANELA COM VIDRO 5MM, COLOCADA, DE MADEIRA, DE CORRER 2 FOLHAS 150X210 COM FERRAGENS (PJ)	214,15	674,57
03	Unid.	PORTA INTERNA DE MADEIRA 60X210 - SEM MÃO DE OBRA	103,00	309,00
		8. COBERTURA		
120,80	M²	FORRO DE PVC INTERNAMENTE COM ACABAMENTOS	20,55	2.482,44
		10. ACABAMENTO DO PISO		
120,80	M²	REGULARIZAÇÃO DA BASE COM MASSA FINA (ESPESSURA = 1,5CM - ALISADO)	10,40	1.256,32
120,80	M²	CERAMICA ANTIDERRAPANTE PEI 5 30X30CM, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE + REJUNTE	25,37	3.064,70
VALOR TOTAL DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVO				7.787,03

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE

As despesas oriundas do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária:

- 06.02.1054.4.4.90.51.00.00.00.0772.55 (292), Ampliação e Reestruturação do Clube do Idoso Amor e Esperança, Serviço de Bem Estar Social, Secretaria Municipal de Saúde de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogada a vigência do contrato nº 61/2010 até 30 de dezembro de 2010.

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações. As demais cláusulas do contrato nº 61/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 01 de outubro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício
Contratante

CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico - OAB/SC nº 15.760

Resumo Contrato Nº 7/2010 - FMAS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESUMO CONTRATO Nº 7/2010

OBJETO: Contratação de profissional capacitado para ministrar cursos de facção industrial, num total de 400 horas/aula, de acordo com o cronograma abaixo. Tais cursos serão oferecidos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, objetivando a capacitação profissional, garantindo geração de trabalho e renda.

Período previsto	Local realização	Aulas
Início em 21/09/2010 e termino previsto para 29/10/2010	Distrito de Bateias de Baixo, na sede do Clube do Idoso Sagrada Família, localizado na Rua João Piu Schindler, s/n,	2 cursos de 100 horas/aula cada

Início em 08/10/2010 e termino previsto para 17/12/2010	Distrito de Fragosos, no Centro Cultural (prédio da antiga Escola Jerônimo Pacheco)	2 cursos de 100 horas/aula cada
---	---	---------------------------------

Consoante processo de Dispensa de Licitação nº 8/2010.

Do valor: R\$ 15,00 a hora/aula, perfazendo um total de R\$ 6.000,00.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 92.01.2.811.3.3.90.36.00.00.00 (34), Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física, Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social.

- DO RECURSO: Os recursos são provenientes de Transferências de Recursos do FNAS - IGD (Índice de Gestão Descentralizada), do governo federal, repassado via PBT (Piso Básico de Transição).

CONTRATADA: ENEDINA IGNEZ SIQUEIRA

Vigência: 08/09/2010 a 31/12/2010.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor

RESUMO Contrato Nº 8/2010 - FMAS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESUMO CONTRATO Nº 8/2010

OBJETO: Contratação de profissional capacitado para auxiliar a ministrante dos cursos de facção industrial, num total de 400 horas/aula, de acordo com o cronograma abaixo. Tais cursos serão oferecidos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, objetivando a capacitação profissional, garantindo geração de trabalho e renda.

Período previsto	Local realização	Aulas
Início em 21/09/2010 e termino previsto para 29/10/2010	Distrito de Bateias de Baixo, na sede do Clube do Idoso Sagrada Família, localizado na Rua João Piu Schindler, s/n,	2 cursos com 100 horas/aula e 20 alunos cada
Início em 08/10/2010 e termino previsto para 17/12/2010	Distrito de Fragosos, no Centro Cultural (prédio da antiga Escola Jerônimo Pacheco)	2 cursos com 100 horas/aula e 20 alunos cada

Consoante processo de Dispensa de Licitação nº 8/2010.

Do valor: R\$ 4,80 a hora/aula, perfazendo um total de R\$ 1.920,00.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 92.01.2.811.3.3.90.36.00.00.00 (34), Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física, Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social.

- DO RECURSO: Os recursos são provenientes de Transferências de Recursos do FNAS - IGD (Índice de Gestão Descentralizada), do governo federal, repassado via PBT (Piso Básico de Transição).

CONTRATADA: ALINE APARECIDA DE SOUZA

Vigência: 08/09/2010 a 31/12/2010.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata Nº 01 do Registro de Preços Nº04/2010

ATA Nº 01 DO REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2010

Aos 15 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erch Schmid, representado neste ato pelo Sr. Jair Augustinho Trzaskos, abaixo-assinados, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: GRAFICA TIPOBEL LTDA ME. pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua São Joao Batista, 404, na cidade de CAMPOS NOVOS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.291.000/0001-08, neste ato doravante denominado FORNECEDOR, para ENTREGA produtos descritos a seguir, sujeitando se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem como objeto o registro de preços para aquisição em contratações futuras de materiais gráfico, de acordo com as especificações pertinentes ao edital, durante os meses de outubro de 2010 à outubro de 2011, constante dos Itens da ata de julgamento e de sua proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo do Órgão Gerenciador, será conforme tabela abaixo e o anexo III do edital.

Item	Objeto	Estimativa	Valor
11	Bloco para rascunho/ tamanho 14cm altura x 10cm de largura/ capa couchê 180g - cor 4x0 / folhas internas sulfite 75g - cor 1x0/ 50 folhas	10mil	750,00
12	Cartão de visita/ 8,8x5cm/ 4x4 cores/ verniz total frente/ couchê 250g/laminação bopp	10 mil	105,00
13	Cartão de visita/ 8,8x5cm/ 4x4 cores/ verniz uv localizado/ couchê 250g/laminação bopp	10 mil	95,00
14	Cartaz/couchê 115g/A2/cor 4x0	10 mil	430,00
15	Cartaz/couchê 115g/A3/cor 4x0	10 mil	290,00
16	Cartaz/couchê 150g/A2/cor 4x0	10 mil	520,00
17	Cartaz/couchê 150g/A3/cor 4x0	10 mil	330,00
20	Cartilha/sulfite 90g/(capa) Sulfite75g(interno)14,5x21 fechada/cor4x4/ grampo/12pg	10 mil	620,00
21	Cartilha/sulfite 90g/(capa) Sulfite75g(interno)14,5x21 fechada/cor4x4/ grampo/16pg	10 mil	433,00
23	Envelope tamanho 23,6cm largura x 16cm altura / sulfite 150g/ cor 4x0 / com aba	10 mil	340,00

24	Envelope tamanho 23,7cm largura x 11,5cm altura / sulfite 150g/ cor 4x0 / com aba	10 mil	260,00
25	Envelope tamanho 34cm largura x 24cm altura / sulfite 150g/ cor 4x0 / com aba	10 mil	520,00
26	Envelopes para CD/DVD/ tamanho 12,5cm x 12,5cm/ couchê 250g / com aba/ cor 4x0	10 mil	340,00
30	Folder/couchê 150g/A3/cores 4x4/02 vincos	10 mil	370,00
31	Folder/couchê 150g/A4/ cores 4x4/01 vinco	10 mil	265,00
32	Folder/couchê 150g/A4/cores 4x4/02 vincos	10 mil	270,00
33	Folder/couchê 180g/A3/cores 4x4/02 vincos	10 mil	402,00
34	Folder/couchê 180g/A4/ cores 4x4/01 vinco	10 mil	275,00
35	Folder/couchê 180g/A4/cores 4x4/02 vincos	10 mil	282,00
36	Folder/couchê 250g/A3/cores 4x4/02 vincos	10 mil	520,00
37	Folder/couchê 250g/A4/ cores 4x4/01 vinco	10 mil	330,00
38	Folder/couchê 250g/A4/cores 4x4/02 vincos	10 mil	340,00
39	Folheto/couchê 115g/A4/ cores4x4/	10 mil	215,00
40	Folheto/couchê 115g/A5/ cores4x4/	10 mil	180,00
41	Folheto/couchê 150g/A4/ cores4x4/	10 mil	240,00
42	Folheto/couchê 150g/A4/ cores4x4/ Prolan	10 mil	322,00
43	Folheto/couchê 150g/A5/ cores4x4/	10 mil	190,00
44	Folheto/couchê 150g/A5/ cores4x4/ Prolan	10 mil	235,00
45	Folheto/couchê 180g/A4/ cores4x4/	10 mil	250,00
46	Folheto/couchê 180g/A4/ cores4x4/ Prolan	10 mil	330,00
47	Folheto/couchê 180g/A5/ cores4x4/	10 mil	195,00
48	Folheto/couchê 180g/A5/ cores4x4/ Prolan	10 mil	238,00
49	Folheto/couchê 250g/A4/ cores4x4/	10 mil	300,00
50	Folheto/couchê 250g/A4/ cores4x4/ Prolan	10 mil	387,00
51	Folheto/couchê 250g/A5/ cor4x4/	10 mil	222,00
52	Folheto/couchê 250g/A5/ cor4x4/ Prolan	10 mil	265,00

53	Folheto/couchê 90g/A4/ cores4x4/	10 mil	200,00
54	Folheto/couchê 90g/A5/ cores4x4/	10 mil	175,00
55	Folheto/sulfite 115g/A4/ cores4x4/	10 mil	213,00
56	Folheto/sulfite 115g/A5/ cores4x4/	10 mil	180,00
57	Folheto/sulfite 150g/A4/ cores4x4/	10 mil	233,00
58	Folheto/sulfite 150g/A5/ cores4x4/	10 mil	190,00
59	Folheto/sulfite 90g/A4/ cores4x4/	10 mil	195,00
60	Folheto/sulfite 90g/A5/ cores4x4/	10 mil	170,00
61	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/ grampo/8pg	10 mil	900,00
62	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/ grampo/12pg	10 mil	1.200,00
64	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/ grampo/20pg	10 mil	1.000,00
65	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/ grampo/24pg	10 mil	1.370,00
67	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/ grampo/32pg	10 mil	1.985,00
68	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/ grampo/36pg	10 mil	1.620,00
69	Magneto (imã) adesivado/	200m2	30,00
78	Pasta arquivo/ triplex 180g /plastificada/ cor 4x0 / 23cm largura x 31cm altura fechada/ sem bolsa/ 01 vinco	10 mil	605,00
79	Pasta/ triplex 180g /plastificada/ cor 4x0 / 23cm largura x 31cm altura fechada/ com bolsa/ 01 vinco.	10 mil	650,00
82	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 20pg – verniz (capa)	10 mil	2.200,00
83	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 24pg – verniz (capa)	10 mil	2.040,00
84	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 28pg – verniz (capa)	10 mil	2.500,00
85	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 32pg – verniz (capa)	10 mil	2.640,00

86	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 36pg – verniz (capa)	10 mil	2.930,00
87	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 40pg – verniz (capa)	10 mil	3.100,00
88	Revista/ couchê 250g (capa)/ couchê 115g (interno) 21x29 fechada / cor 4x4/ grampo / 44pg – verniz (capa)	10 mil	3.380,00

CLÁUSULA TERCEIRA –DOS PREÇOS

3.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrado e provado obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 – A forma de pagamento será de 30 e 60 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1 – Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade, durante os meses de outubro de 2010 à outubro e 2011, na forma, quantidades, e no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2010.

3.390.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 105

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12(DOSE) MESES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos 15 de outubro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

GRAFICA TIPOBEL LTDA ME

08.291.000/0001-08

Testemunhas:

Assessoria Jurídica:

Ata Nº 02 do Registro de Preços Nº04//2010**ATA Nº 02 DO REGISTRO DE PREÇOS Nº04//2010**

Aos 15 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erch Schmid, representado neste ato pelo Sr.Jair Augustinho Trzaskos, abaixo-assinados, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: GRAFICA E EDITORA J GRAF LTDA. pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Alexandre Borrazo 55, na cidade de Araucaria, inscrita no CNPJ sob o nº 07.572.693/0001-36, neste ato doravante denominado FORNECEDOR, para ENTREGA produtos descritos a seguir, sujeitando se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem como objeto o registro de preços para aquisição em contratações futuras de materiais gráfico, de acordo com as especificações pertinentes ao edital, durante os meses de outubro de 2010 à outubro de 2011, constante dos Itens da ata de julgamento e de sua proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo do Órgão Gerenciador, será conforme tabela abaixo e o anexo III do edital.

Item	Objeto	Estimativa	Valor
18	cartilha/sulfite 90g/(capa) Sulfite75g(interno)14,5x21 fechada/cor4x4/grampo/4pg	10mil	592,00
19	Cartilha/sulfite 90g/(capa) Sulfite75g(interno)14,5x21 fechada/cor4x4/grampo/8pg	10mil	649,00
22	Cartilha/sulfite 90g/(capa) Sulfite75g(interno)14,5x21 fechada/cor4x4/grampo/20pg	10mil	1.250,00
63	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/grampo/16pg	10mil	1.593,00
66	Informativo/sulfite 120g/(capa) Sulfite90g(interno)21x29,7 fechada/cor4x4/grampo/28pg	10mil	2.539,50

CLÁUSULA TERCEIRA –DOS PREÇOS

3.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrado e provado obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 – A forma de pagamento será de 30 e 60 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou

correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1 – Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade, durante os meses de outubro de 2010 à outubro e 2011, na forma, quantidades, e no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2010.

3.390.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 105

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12(DOZE) MESES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada

a vantagem.

13.5.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos 15 de outubro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Grafica e Editora J Graf Ltda

07.572.693/0001-36

Testemunhas:

Assessoria Jurídica:

Ata Nº 03 do Registro de Preços Nº04//2010

ATA Nº 03 DO REGISTRO DE PREÇOS Nº04//2010

Aos 15 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erch Schmid, representado neste ato pelo Sr. Samuel Luiz Hoffmann, abaixo-assinados, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES pessoa jurídica de direito privado, situada na rua 19 de setembro, 570, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 12.609.708/0001-23, neste ato doravante denominado FORNECEDOR, para ENTREGA produtos descritos a seguir, sujeitando se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem como objeto o registro de preços para aquisição em contratações futuras de materiais gráfico, de acordo com as especificações pertinentes ao edital, durante os meses de outubro de 2010 à outubro de 2011, constante dos Itens da ata de julgamento e de sua proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo do Órgão Gerenciador, será conforme tabela abaixo e o anexo III do edital.

Item	Objeto	Estimativa	Valor
1	Acabamento cantoneira alumínio aplicada/metro corrido	1.000 mt	9,34
2	Acabamento ilhós cromado aplicado/	1.000un	0,43
3	Adesivo /cast	450m²	97,92

4	Adesivo /gold max p/recorte-externo/	500m²	96,75
5	Adesivo /polímero-impressora de recorte externo/	500m²	75,90
6	Adesivo CD/DVD /11,5cm diâmetro/ cor 4x0	10mil	153,17
7	Adesivo perfurado/cast	500m²	128,91
8	Banner/lona 370g/ Resolução 720 DPI	400m²	73,90
9	Banner/lona270g/ Resolução 720 DPI	500m²	71,90
10	Bastões de alumínio p/banners maiores q/2m de largura/20mm	1.000mt	4,39
27	Estrutura metálica simples pintada/tubo ferro/	1.000mt	47,23
28	Faixa/adesivada	500m²	35,97
29	Faixa/impressão/ resolução 720 DPI	500m²	69,93
70	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	1.000un	1.735,76
71	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	1.000un	1.923,47
72	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: com ilhós e bainha	1.000un	1.735,76
73	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: com ilhós e bainha	1.000un	1.921,78
74	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	1.000un	3.421,22
75	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	1.000un	3.775,17
76	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: com ilhós e bainha	1.000un	3.478,34
77	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base + 3 escoras / Armação: madeira / Painel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: com ilhós e bainha	1.000un	3.798,23
80	Placa em madeira c/chapa galvanizada adesivada	700m²	139,34
81	Placa PVC s/armação/pvc adesivado/ resolução 720 DPI	400m²	129,75

CLÁUSULA TERCEIRA –DOS PREÇOS

3.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrado e provado obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 – A forma de pagamento será de 30 e 60 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1 – Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade, durante os meses de outubro de 2010 à outubro e 2011, na forma, quantidades, e no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2010.

3.390.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 105

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12(DOSE) MESES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos 15 de outubro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES

12.609.708/0001-23

Testemunhas:

Assessoria Jurídica:

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico Nº 0131/2010 - merenda escolar

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0131/2010

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para manutenção das atividades nas escolas, pré-escolares e creches Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/ PNAP/PNAC).

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

09:05 horas do dia 04/11/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço www.cidadecompras.com.br

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 21 de outubro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Contrato 167/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0167/2010

Convite p/Compras e Serviços 0126/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: MANTOMAC COM. DE PECAS E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para recuperação da ES-CAVADEIRA HIDRAULICA PC 150 SE-S KOMATSU ANO 2003 Série B1910 mod.mot.S6D102 S.mot. 3076.9983, da secretaria de Infra-estrutura, recursos próprios.

VALOR R\$: 29.632,42

VIGÊNCIA: 19/10/2010 A 19/11/2010

Contrato 168/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0168/2010

Pregão Presencial 0125/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: DPI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

OBJETO: Aquisição de 01 Pannel de Mensagens Variáveis (PMV) para instalação junto a praça municipal Pedro Lelis da Rocha, anexo a Rodoviária Municipal, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 12.900,00

VIGÊNCIA: 20/10/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 007/2010 - FMH

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0007/2010

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia 0003/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades do contrato original, no valor de R\$ 4.203,80 (quatro mil, duzentos e três reais, oitenta centavos), conforme justificativa e planilha discriminativa em anexo.

VALOR R\$: 4.203,80

VIGÊNCIA: 20/10/2010 A 30/11/2010

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 0112/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvás

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0112/2010

Processo Licitatório nº 00107/2010 - Carta Convite nº 0060/2010.

Objeto: contrato de aquisição de tubos de concreto para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA.

Prazo de vigência: de 15 de outubro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 19.565,00 (dezenove mil quinhentos e sessenta e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 15 de outubro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0113/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvás

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0113/2010

Processo Licitatório nº 00107/2010 - Carta Convite nº 0060/2010.

Objeto: contrato de aquisição de tubos de concreto para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TRELISSA LTDA ME.

Prazo de vigência: de 15 de outubro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)

Data e assinatura do contrato: 15 de outubro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 082/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvás

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2010

Carta Convite nº 0031/2010 (Processo Licitatório nº 0059/2010)

Objeto: contrato de aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): MP SUPERMERCADO E TRANSPORTES LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

PRIMEIRA - Em face da necessidade de aquisição de maiores quantidades para suprir as necessidades da secretaria, e, estando de acordo com a Cláusula II, por interesse da Administração Municipal aditiva-se o valor global do contrato, acrescendo a este o percentual de 25% sobre o valor total.

SEGUNDA - O valor global que era de R\$ 3.328,70 (três mil trezentos e vinte e oito reais e setenta centavos com o acréscimo de 25% - R\$ 832,17 (oitocentos e trinta e dois reais e dezessete centavos) passa a ser de R\$ 4.160,87 (quatro mil cento e sessenta reais e oitenta e sete centavos).

TERCEIRA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores

no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2010 através da seguinte classificação:

03.0301.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO E PLANEJAMENTO

03.0301304.122.0009.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.0301.04.122.0009.2005.33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

03.0301.04.122.0009.2005.33900000.0100.0.083 APLICAÇÕES DIRETAS

QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 13 de outubro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Edital Nº 006/2010**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

1

Concurso Público nº 001/2010**EDITAL Nº 006/2010**

PUBLICA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2010, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/SC E COMUNICA OS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS.

A empresa **SC Assessoria e Consultoria Ltda.**, especialmente contratada para a coordenação e operacionalização do **Concurso Público nº 002/2010**, promovido pela **Prefeitura Municipal de Catanduvas/SC**, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados a relação das inscrições **homologadas** e as não homologadas, segundo as normas do Edital nº 003, nos termos dos quadros seguintes:

I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:**a) Concorrência Geral:**

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO – 25 horas	03	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Evi de Lourdes Simão		028
Adiles Aparecida Rodrigues		036
Adriana Aparecida Schuanz		047
Maria Fátima Rigo Panegali		052
Eloirda Aparecida Ribeiro		084
Vanir Nunes da Silva		086
Suzana Terezinha Zucchetti		093
Marlei Terezinha Saretto		094
Suzana Terezinha Santos		110
Lurdes Veiga Rosa da Silva		143
Helena Aparecida da Conceição		144
Lisangela Aparecida Garbin		166
Lidiane Regina Bello		217
Delsi da Costa Vieira		219
Dirce Aparecida Siqueira		288



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

2

Concurso Público nº 001/2010

Iracema Ribeiro dos Santos	310
Diana Pastorello	327
Maristela Dalmagro Pinto	330
Noeli da Luz de Oliveira dos Santos	350
Luci Mari Aparecida de Andrade	355
Sandra Aparecida de Oliveira Alves	362
Ivandra Salete Alves da Silva	366
Glauco de Medeiros Antunes	372
Neusa Aparecida Pereira Basi	393
Inês Salete Cardoso da Silva	498
Alcimeri Maria Cavalheiro	531
Marlene Teresinha Cavalheiro	537
Total de Inscritos	27

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO – 40 horas	02	03
Nome do Candidato		Nº Insc.
Roselaine Castro Pereira		018
Marli Salete Novello		025
Jucelir Aparecida Bandeira do Amaral		040
Noeli Fátima Demartini		044
Ivete Martins		051
Altamira Marcon		062
Juliana Bittencourt		087
Dirlei Terezinha de Marquias		123
Claudete Adriano Dalmagro		163
Patrícia Rodrigues da Cunha		165
Rosangela Paz		188
Patrícia Quaiatto		220
Soeli Terezinha Ribeiro de Freitas		224
Linete Fátima Lazaretti		239
Ines Terezinha de Sá Narciso		300
Maria do Belem Alves de Lima		318
Eliane Moraes de Souza		357
Eliane Aparecida Adriano		367



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

3

Concurso Público nº 001/2010

Rosilei Campos	440
Inês Gomes do Prado	461
Gelci Aparecida Aguilera	463
Rosângela Aparecida Meras Pereira	497
Josiana Santos de Oliveira	561
Juliana Correa de Oliveira	573
Total de Inscritos	24

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	07	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Doris Aparecida Carneiro		016
João Demartini		048
João Luiz Mayer		060
Mauricio Cassiano de Moraes		134
Solange Loureiro		190
Carmen Marilu Basso		273 "A"
Joana Begair Pereira		297
Miramar Aparecida Pereira		338
Rosmali Inácio de Salles		378
Anderson Alves Justino		446
Maria Amabile Aparecida Alves Moraes		453
Total de Inscritos		11

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO	05	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Lauro Rodrigues Brisola		055
Edevino Valdir de Luca		057
Neverson Cleber de Oliveira		183
Michael Maurílio Obetz		358
Marcelo Bandeira		420
Ataliba Cyrino Ramos		479
Total de Inscritos		06



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

4

Concurso Público nº 001/2010

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
VIGIA	02	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Gilberto de Jesus Menezes da Fonseca		006
Everton Jorge Alves		056
Evandro Carlos Zambillo		079
Antonio Carlos Chinato		089
Marcio André Santos		131
João Valmor Moreira Leite		397
Total de Inscritos		06

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 01	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Isania Salete dos Santos		369
Alesandra Maria da Costa Zambilo		509
Total de Inscritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 02	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Vanderli Aparecida Ribeiro dos Santos Silva		019
Elisangela Reato Bitencourt		039
Cristiane Aparecida Mattes		462
Neivair Terezinha Chiamulera		475
Ana Carla Alves de Lima		543
Total de Inscritos		05

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 03	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Gesiele de Oliveira		449



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

5

Concurso Público nº 001/2010

Jussara Janaina Lemes	483
Total de Inscritos	02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 04	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Dircema Matias Giumbeli		058
Josicleia de Jesus Soares Miranda		504
Total de Inscritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 05	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Luana Aparecida Filipini		011
Francieli Xavier de Almeida		098
Marlene Pôster Canela		204
Soeli de Oliveira		455
Aline Cristina Galvan		552
Total de Inscritos		05

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 06	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Márcia Almeida Ribeiro de Freitas		037
Aline Paula Salvadego		216
Maura Cristina Moreira		383
Marizete Cardozo Moreira		432
Suzana Sândi		434
Vera Lucia de Lima		502
Total de Inscritos		06



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

6

Concurso Público nº 001/2010

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 1 – Microárea 07	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Elaine Fátima Giardini		205
Tatiane Ferreira da Cruz Ribeiro de Freitas		343
Rosemeri Fátima Dala Costa Hetkowski		390
Total de Inscritos		03

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 01	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Silmara de Fátima Bandeira Medeiros		067
Letícia dos Santos		492
Total de Inscritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 02	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Janete Saretto		261
Fernanda Bortolotto		298
Vanusa Dias Flâmia		305
Luciana Aparecida Rosalen		364
Janete Terezinha da Silva do Nascimento		439
Cássia Cilene Branco de Camargo		511
Total de Inscritos		06

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 03	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Adriana Correia de Melo		404
Eliane Salete de Lima Santos		548
Total de Inscritos		02



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

7

Concurso Público nº 001/2010

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 04	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Valmir José Gervasio		045
Marli Terezinha Anhaya		241
Total de Inscritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 05	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Margarete Aparecida Chinato		069
Total de Inscritos		01

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 06	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Simone Paviani		038
Total de Inscritos		01

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 2 – Microárea 07	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Márcia de Souza Duarte		004
Franciele Rocha		182
Total de Inscritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 3 – Microárea 01	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Juliana do Carmo Esteves Rodrigues		020
Luciane Aparecida Siqueira Mocelin		264
Total de Inscritos		02



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

8

Concurso Público nº 001/2010

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 3 – Microárea 02	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Inês Meneghini de Lima		021
Salete Ribeiro Ulrich		242
Letícia Ulrich		244
Ana Paula Pedroso		267
Juciane Fátima Dias		536
Total de Inscritos		05

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 3 – Microárea 03	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Zelinda do Prado Freitas		331
Daniele Tissiane Demartini		353
Ana Paula Pacheco		375
Total de Inscritos		03

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 3 – Microárea 04	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Marinei Santos de Bairros		160
Adriana de Marquias		213
Total de Insritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 3 – Microárea 05	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Nilza Lavoratti		177
Total de Inscritos		01



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

9

Concurso Público nº 001/2010

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 3 – Microárea 06	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Gilvana Makowski Turcatto		065
Marlei Salete Veroneze		238
Total de Inscritos		02

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
MOTORISTA – ÔNIBUS	01	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Valdir Alves		103
Gilberto de Oliveira		187
Ademir da Silva		243
Valdir Francisco Zuchi		301
Marcio Antonio de Ávila		520
Total de Inscritos		05

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
MOTORISTA – AMBULÂNCIA	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Rosimar Hericks		259
Felipe Martello Hermes		260
Marcelo Bandeira		289
Antonio Carlos Rossetti		377
Antonio Carlos de Lima		406
Laércio Paris Petry		503
Total de Inscritos		06

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
MOTORISTA – CAMINHÃO BASCULANTE	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
José Valdecir Duarte		005
Vilmar Borges		088
Erminio Faganello		254



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

10

Concurso Público nº 001/2010

Dirceu Moraes da Silva	384
Renato Brazil da Silva	416
Moacir Bandeira	427
Amilton Cassiano de Moraes	471
Madelir Caetaninho Basso	482
Leandro Ramires Carneiro	500
Daniel Salles Reichardt	516
Total de Inscritos	10

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
MOTORISTA – AUTOMÓVEIS	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
José Dantes Martins		049
Vitalino Salvador Lorençatto		151
Claudemir de Jesus de Oliveira		164
Thiago Vilela da Silva		196
Maycon Basso		324
Nilson Omar de Brito		361
Marcos Francisco Siqueira		466
Valdecir Andrade		488
Total de Inscritos		08

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Lucia De Martini Miotto		154 "A"
Paola Dalmagro Fernandes		202
Sherlon Cristina de Bastiani		236
Rodrigo Bernardini Chinato		293
Patrícia Natalina de Marquias		321
Márcia Tibes dos Santos		322
Liziane Aparecida Marcon		328
Mikeli Gavazzoni		354
Jhonatan Guilherme Reck		380
Janete Taciana de Marquias		396
Sueli Fátima de Lima		407



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

11

Concurso Público nº 001/2010

Eliane de Fátima Dequigiovani Petuco	418
Sirlei Aparecida de Souza	422
Juliana Mariana Pieri	428
Mayara Karg	443
Tissyana Begnini	448
Tailine do Prado Ribeiro	459
Cassius Fernando Mozzer	465
Rafael Varisa	477
Inês Salete Zonta	493
Rosmeri Salete Tigre	506
Rosa Maria dos Santos Brito	507
Franciele Tiequim	556
Patrícia de Medeiros Mendes	560
Francieli Minati	562
Luciana da Costa	565 "A"
Ricardo Francisco Chinato Barbosa	566
Total de Inscritos	27

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Eder Macsion Schaitel		379
João Batista de Oliveira		456
Valmir Luiz Bandeira		467
Divacir Antonio Dalmagro		549
Total de Inscritos		04

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AGENTE ADMINISTRATIVO	02	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Noemi Luciane Pereira Bertoldo		012
Lígia Rudolf Parisotto		022
Mônica Beal		024
Wandrêia dos Reis		031
Edvânia Aparecida Ribeiro		041
Pamela Cristina Abatti		053

Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro – CEP. 89.670-000 – Catanduvas – SC - Fone (49) 3525-1144
e-mail: sc.assessoria.consultoria@gmail.com / assessoriaab@catanduvas.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

12

Concurso Público nº 001/2010

Juliana Bueno	064
Wagner Lorenço	068
Ana Maria Fernandes	112
Diego Grezelle	118
Dioser Ademir Maziero	121
Fernando Alves Lorençatto	124
Rafael de Souza Silva	125
Mauro Cezar Morais Alves	147
Damare de Andrade	161
Luiz Zardo	176
Renata Carla da Silva	185
Ricardo Segura Perez Luciano	199
Juçara Cerino	207
Lara Cristina Salvador	229
Bruna Branco de Camargo	251
Caren Tuanni Gemelli	266
Emanuelle Ferronato	275 "A"
Odair Paulo Perin	284
Rafaela Bortolotto	287
Marina Pastorello	292
Elizandra Rodrigues Alves	313
Debora de Andrade	316
Henrique Marcelo Chaves	325
Tatiane de Fátima Lemes	332
Karoline Lopes Sacchet	339
Maiara Troes Martins	341
Gabriela Cerino dos Santos	345
Rubens Ailson de Bastiani	356
Loiri Maria Rodrigues de Oliveira	363
Tatiana Rossetto	371
Serly Cordeiro de Souza	386
Josiane Konflanz Schmidt Zeferino de Oliveira	388
Fiorindo Alex Dalacosta	391
Marcos Menegazzi	401
Aline de Andrade	412
Fernanda Dalla Costa	413



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

13

Concurso Público nº 001/2010

Fernanda Su Elen Tigre Spader	423
Diana de Brito Benites	424
Fabiane Pelentir	425
Sandra Maria Dilda Bucco	430
Genice Bernadete Martins de Jesus Ribeiro	431
Tatiane Fernandes	433
Douglas Antonioli Michot	437
Maristela Fátima Durigon da Costa	444
Jonathan Clovis Cielo	451
Chairon Davi Pecinato	452
Lílian de Moraes	474
Marlene Mingori	481
Cristiano Mora	505
Caroline Elidiana Santos	514
Grasiele Aparecida Rech	522
Alice Terezinha Borella	532
Michel Cristoffer Fávero	534
Luana Albrecht	539
Leandro Castilho da Silva	555
Gustavo Meyer Moreira	570
Total de Inscritos	62

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS - Retroescavadeira	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Celso Ribeiro de Freitas		015
Antonio Silvio Wansmann		072
Nereu Bittencourt Filho		222
Total de Inscritos		03

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS - Trator Agrícola de Pneus	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Amauri Miguel Medeiros		014



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

14

Concurso Público nº 001/2010

Osmar do Santos Nunes	033
Ismael Cícero Chinato	082
Natalino Bernardi	115
Romildo Scotti	142
Marino Granosik	146
Jéferson José de Oliveira	156
Juliano de Deus e Silva	180
Lourenço Obetz	296
Mario Vieira da Rosa	329
Ivonir Correia de Melo	464
Total de Inscritos	11

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Daiane Maria Branco		030
Leidiane Munaretto		083
Marcos Specart		119
Gislaine Bonatto		127
Luiz Henrique da Costa		133
Adriano Acordi Pereira		137
Jaire Bogoni		149
Eldes José Rampon		169
Felipe Bonamigo		225
Karina Giacomini		227
Bruna Dosciatti Velho		245
Anthony Thomas Siqueira		263
Edson Rodrigo Pedroso		270 "A"
Diane Favretto		278 "A"
Cristian Mondadori Boaretto		278 "B"
Renato Luiz Magnabosco		286
Gilderson Robert Muller		306
Simone Alves de Oliveira		308
Jessica Sara Bassotto		315
Edson Felipe Machado		344
Simone Aparecida Alves de Lima		392
Arildo Antonio Spassini		403



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

15

Concurso Público nº 001/2010

Ivonete Cardoso Moreira	414
Adriani Rosanelli	419
Cristiane Prando Parizotto	447
Marisa Aparecida Coelho Tides	487
Elizangela Farias Filipp	491
Divandro Junior Dalmagro	496
Ana Cristina Zatera da Costa	499
Jaqueline Manfé	553
Total de Inscritos	30

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
TESOUREIRO	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Michele Kedina Cardoso Bandeira		091
Jorge Luiz Coelho Tonon		097
Alice Paganini		099
Débora Antunes da Silva		135
Juliana Cerino		206
Delmir Fernandes		226
Karol Biassi		273 "B"
Lubina Albrecht		276 "A"
Silvia Simara de Abreu Cavasin		282
Cristiano Bisinella		290
Maria Gorete Batista		336
Lucimar Boscato		398
Luiz Paulo Seganfredo		494
Marli Bobella		533
Ciro Armando da Rosa Villela		542
Eduardo de Carli Bortoli		544
Madge Bianchi dos Santos		546
Total de Inscritos		17

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
ATENDENTE DE FARMÁCIA	01	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Camila Aparecida Magnabosco		186



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

16

Concurso Público nº 001/2010

Ivoní Zuqui	279
Dionilce Gubiani	326
Vilmarice Inês Colpo Ansolin	346
Márcia Regina da Silva Schimitz	349
Total de Inscritos	05

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	01	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Silvana Aparecida Ribeiro		230
Letícia Sandrin		253
Aline Cristina Bonatto		535
Total de Inscritos		03

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Diana Esther Leite Dalla Costa		003
Verônica Alves de Carvalho Ferreira		017
Irondina do Prado Secco		102
Sandra Galiotto Andolfatto		153
Ilse da Rocha		167
Jéssica Maria Fachin Gemelli		173
Teresinha Kremer		184
Deborah Evelyn Jung		197
Méri Aparecida Silveira		198
Deise Aparecida de Oliveira do Nascimento		247
Lizandra Terezinha Ferreira		271 "A"
Sonia Mara Parisotto		295
Eva Makowski		299
Lucia Pincegher de Carli		340
Fancielle Zechini Garbin		342
Geonara Paula Secco		395
Jucirlei Salete Bosio		399
Ana Flavia Depubel		484
Marceli Leite		501



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

17

Concurso Público nº 001/2010

Mari Terezinha Kades de Oliveira da Silva	515
Total de Inscritos	20

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
FONOAUDIÓLOGO	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Adolfo Felix Marca		009
Viviane Carneiro		029
Francine Viviane Cerioli Ferraz		050
Carla Andréa Madeira		171
Ana Luiza Penteado Valtrin		235
Estela Hoffmann		271 "B"
Jeane Massarolo Neto		490
Schaiane Franciele Lenzi Steiner		526
Total de Inscritos		08

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
ASSISTENTE SOCIAL	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Adiles Beal		023
Isaete Consoladora dos Santos		117
Janete Couto de Oliveira		157
Dionete Ferrari Fabrin		281
Adriana Chiamolera		303
Andréia Pinto Campos		304
Marilete Chilantti		365
Ingrid Vanessa Stock		436
Total de Inscritos		08

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
ENFERMEIRO	02	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Franciele Aguida Pegoraro		027
Jaqueline Cofferi		046
Cinthia Letícia dos Santos Salvador		061
Nara Tescke		066

Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro – CEP. 89.670-000 – Catanduvas – SC - Fone (49) 3525-1144
e-mail: sc.assessoria.consultoria@gmail.com / assessoria@catanduvas.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

18

Concurso Público nº 001/2010

Gabriela Mazzarino	070
Daiane Bedin	071
Tailana Bazzo	074
Fabiana Medeiros Branco	075
Julia Graciele Bourscheidt	077
Luiza Garcia	105
Elaine Spagnol	108
Daniela Aparecida dos Reis	116
Cris Débora Zonta	120
Siridiane Waess	140
Camila Forner	141
Natalina Maria Marcon	158
Aline Techio	159
Micheli Cristina de Oliveira	172
Angela Aurora Andrin	181
Aline Romanini	189
Daniele Valente	210
Márcia Valeria Goulart Wegher	211
Debbie Jéssica Guesser	214
Lílian Cristina Marinoski	215
Eliciane Rebetchuk	221
Andriéli Miotto	223
Paula Giovana Kleber	233
Beatriz Cadore	234
Leila Mara Ferreira	248
Camila Daiane Rosa	249
Deize Cristine Panisson	250
Andreiza Hilda Karch Pereira	258
Franciele Carline Zenaro	269
Lara Cristina Vergani	272 "A"
Maria Madalena Turkot	274 "A"
Silvana Coratto	291
Charline Zarpelon	312
Edimara Regina Soldi	319
Silvana Aparecida Mendes	351
Jakel Karg	359



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

19

Concurso Público nº 001/2010

Ana Paula Ramos	382
Carina Zanatta	385
Fernanda Trombetta	402
Gabriela Pavelski	405
Oyara Fernandes Martins	429
Ângela Signori	435
Luana Lopes Duarte	442
Rosane Maria Gerhard Breier	478
Elaine Grisa	480
Cleci Carmem da Rosa	485
Danielly Magnabosco	486
Nádia Rubia Heylmann	495
Isabel Cristina Trentin	510
Michele Cristina Diesel	512
Flavia Trindade dos Santos	513
Ana Paula Viél Matté	521
Vinicius Barrea	523
Glaciela Lurdes Lenzi	527
Patrícia Ruaro	540
Márcia Maria Zimmermann Magro	547
Karen Lury Abe	557
Jaqueline Margareth Sintlinger	569
Total de Inscritos	62

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
FARMACÊUTICO	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Luiz Fernando Gewehr		002
Vinicius Bruno de Souza		007
Patrícia Tedesco		008
Carolina Spader		076
Fabiana Meisterlin		085
Camila Borille		096
Daniel Fernando Miotto		148
Naiara Zamboni		168
Rosilene Verde Brustolin		240

Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro – CEP. 89.670-000 – Catanduvas – SC - Fone (49) 3525-1144
e-mail: sc.assessoria.consultoria@gmail.com / assessoria@catanduvas.sc.gov.br


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

20

Concurso Público nº 001/2010

Aline Cristina Scalco	302
Aline Aparecida Marcon	309
Simone Falchetti	421
Ricardo Lunkes	454
Suellem Nayara de Gregori	457
Sheila Ferri	476
Juliano Baggio	558
Total de Inscritos	16

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
PSICÓLOGO	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Karine Lopes de Oliveira		042
Elizabet Bucco		095
Clarisse Simon		111
Clédi Wiezorek Altenburger		113
Ana Maria Zanchet		126
Paulinne Langaro		128
Nathalia Mores		162
Paola Najja Paz Padilha		174
Salete Aparecida Zagonel		193
Viviane Schultz Foerster da Silva		200
Tatiana Matias Bittencourt Menegat		262
Franciele Holstak		268
Gilmar Machado		277 "A"
Ana Catarina Antes		311
Luciana das Graças Carleti		333
Beverli Fabiane Wrasse Surdi		334
Lucimar Mauro Dacas		348
Patrícia Dri Moraes		373
Laisa Regina Chaves Schmitt dos Santos		469
Tainara Zaniol Barriquel		517
Luciane Frank		518
Vanessa Ivaz Correia da Silva		524
Alessandra Thaís Lessa		528
Vanessa Soligo		529



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

21

Concurso Público nº 001/2010

Andréia Cazella	567
Zelina Ramos Dilda	568
Total de Inscritos	26

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
ODONTÓLOGO – Estratégia Saúde da Família	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Diego Evandro Tróes Peres		032
Ana Paula Kandler		152
Lara Fernanda Buseti		154 “B”
Priscila Ansolin		192
Ana Lucinea Bertelli		246
Andressa Sant’Ana Reginatto		270 “B”
Felipe Soldi Bortolon		274 “B”
Anusha Berton		314
Henrique Vitoldo Dabrowski Junior		347
Aline Savenhago		352
Eduardo Freitas Torres		368
Daniele Clapes Nunes		387
Kerly Savaris Flamia		426
Vinicius Silveira Pegorini		450
Daniele Klein		551
Vanessa Bagatini		554
Geovani Pedott		565 “B”
Total de Inscritos		17

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
MÉDICO - GINECOLOGISTA	01	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Jorge Uminski Martelli		285
Total de Inscritos		01

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
MÉDICO Estratégia Saúde da Família	02	-
Nome do Candidato		Nº Insc.
Arioldo Paz Padilha		078



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

22

Concurso Público nº 001/2010

Maria Cristine Antelo Bender	272 "B"
Fabiano Scortegagna Dupczak	276 "B"
Eduardo Fleck Ulmi	408
Arthur Leopoldo Hoffmann	438
Samoel Luiz Bittencourt	572
Total de Inscritos	06

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
PROFESSOR de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental	02	03
Nome do Candidato		Nº Insc.
Aline Cristiani Leite		001
Emanuela Costa Argente Bandeira		010
Patrícia dos Santos Picinini		013
Lira Heckler		026
Ana Paula Longhini		034
Fabiana Provin Zenatti		035
Cibely Favretto		059
Luciana de Oliveira		063
Elis Regina Bernardi Tizatto		073
Eliane Aparecida Cardoso		081
Daniela Garbin		092
Fabiana Vieira dos Santos		100
Marilu Salete Gabrielli Zampieron		101
Andréa Terezinha Palhano Ribeiro		106
Roberta Rocha de Souza		109
Camile Thaise Colla		114
Elisa Mara Carl		122
Soili Gross Felipe		129
Carla Regina das Neves Menegat		130
Varnei Barcaro		132
Dania Cecília Darold		139
Judite Aparecida de Carli Giardini		150
Camilla Bisinella		170
Eliane Hetkowski		175
Eliane Maria de Sá		179
Valdemir Bogoni		191
Terezinha Adelaide Chinatto Bazzi		195
Letícia Silveira Costa		203



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

23

Concurso Público nº 001/2010

Dilvete Luvison Toniello	208
Liane Maria Alves de Oliveira Gottschalck	209
Maria Claudete Tonn Gervásio	212
Sonia Patrícia Machado	228
Juliana Maria de Andrade	231
Liamara Toniello	232
Claudia de Oliveira	252
Valeria Aparecida de Oliveira Maroli	256
Rosemilda Hericks Rampon	257
Vanuza de Oliveira	265
Cleide Bianchi de Oliveira	275 "B"
Márcia Terezinha Ferreira Fagundes	280
Laura Alexandra Bittencourt	283
Adriana Argenton	294
Vanusa Fochesatto Zimmermann	307
Adriana Paula Louzada	323
Neusa de Fátima Gervasio	337
Lenir Terezinha Begnini	374
Aline Neris da Cruz	376
Vanessa Branco de Camargo	389
Luciana Depiné	394
Alessandra Fischer	409
Margarete Petter Dutra	410
Mônico Simioni	415
Clauci Corradi Zanesco	417
Juliana Cásia Vesaro	445
Márcia Pasqualli	470
Claudia Elizangela Santos Vieira	508
Daniela Borsoi Dalla Lasta	538
Livonir Mendes Balestrin	545
Nelsi Terezinha da Costa Dal Bem	571
Total de Inscritos	59

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
PROFESSOR de Educação Física	01	01
Nome do Candidato		Nº Insc.
Cledilce Giardini Zambillo		080
Sueli Manfé		090
Thiara Gabriela Cyrino Ramos		104
Scheila Bulla		138

Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro – CEP. 89.670-000 – Catanduvas – SC - Fone (49) 3525-1144
e-mail: sc.assessoria.consultoria@gmail.com / assessoriaab@catanduvas.sc.gov.br


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

24

Concurso Público nº 001/2010

Viviane Carine Brunetto Machado	218
Regina Claudia Ribeiro	255
Cleiton Júnior Branco de Camargo	277 "B"
Fabiane Aparecida Perotto	335
Rudinei Spinello	360
Karine Nornberg Mendes	370
Eberton Rover	411
Suzana Miotto Munaretto	441
Bruna Magnabosco	468
Helena Maria Chinato	472
Cintya Lais Gomes	473
Flávio Land	519
Luciane Terezinha Vieira	530
Naimo Balestrin	541
Fernanda Branco de Camargo	550
Julio Pasqual Rigo	559
Emanuela de Meira Alves	563
Total de Inscritos	21

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
PROFESSOR de Arte	01	01
Nome do Candidato	Nº Insc.	
Marilene Aparecida de Oliveira	054	
Marli Monteiro de Freitas	270 "C"	
Darlene de Vargas Reck	381	
Luciane Hack	460	
Yoná Fátima Ribeiro dos Santos	564	
Total de Inscritos	05	

Cargo	Nº de Vagas	
	Reais	Cad. Reserva
PROFESSOR de Língua Estrangeira – Inglês	01	01
Nome do Candidato	Nº Insc.	
Elizangela de Fátima Palhano Ribeiro	107	
Fabiane Aparecida Pereira	136	
Salete Marcon Zenaro	145	
Rosamarcia Hetkowski roman	155	
Natalia Maria Firmino Biancon	178	
Lucélia Sutil Fernandes	201	
Giovana Patrícia Bizinela	317	



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

25

Concurso Público nº 001/2010

Ione Santos da Silva	400
Paula Cristina Mendes	574
Total de Inscritos	09

b) Portadores de Necessidades Especiais:

Cargo	Nº de Vagas – PNE
AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO – 25 horas	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO – 40 horas	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Jackson Carvalho	043
Total de Inscritos	01

Cargo	Nº de Vagas – PNE
AGENTE DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Maridiane Nardi Specart	320
Alice Alves de Carvalho	489
Total de Inscritos	02

Cargo	Nº de Vagas – PNE
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
ENFERMEIRO	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Dulce Salete Mayer	458
Total de Inscritos	01



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

26

Concurso Público nº 001/2010

Cargo	Nº de Vagas – PNE
MÉDICO – Estratégia Saúde da Família	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
PROFESSOR de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
PROFESSOR de Educação Física	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Savani Muller Sartori	194
Total de Inscritos	01

Cargo	Nº de Vagas – PNE
PROFESSOR de Língua Estrangeira – Inglês	01
Nome do Candidato	Nº Insc.
Não houve inscritos	

Cargo	Nº de Vagas – PNE
PSICÓLOGO	-
Nome do Candidato	Nº Insc.
Marisa Casanova Zopeletto	525
Cíntia Dal Berto	237
Total de Inscritos	02

II – INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS:

Não se verificou inscrições irregulares ou desconformes com as regras editalícias, que merecessem a não homologação.

II – DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS:

a) Na **Escola de Educação Básica “Irmã Wienfrida”**, localizada à **Rua Severino Guerreiro, 609**, centro, na cidade de Catanduvas/SC, prestarão prova escrita os concorrentes às vagas dos cargos de: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, AGENTE ADMINISTRATIVO, FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; TÉCNICO EM ENFERMAGEM, FONOAUDIÓLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, PSICÓLOGO, ODONTÓLOGO – Equipe de Saúde da Família, MÉDICO GINECOLOGISTA, MÉDICO – Equipe de Saúde da**



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

27

Concurso Público nº 001/2010

Família, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE e PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS.

b) No Grupo Escolar Alfredo Gomes, sito à Av. Coronel Rupp, s/nº, Bairro Centro Oeste, na cidade de Catanduvas/SC, prestarão prova escrita os concorrentes às vagas dos cargos de: AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO – 25 h/s, AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO – 40 h/s, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, AGENTE DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO, VIGIA, MOTORISTA DE ÔNIBUS, MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE, MOTORISTA DE AUTOMÓVEIS, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO, OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS – Trator Agrícola de Pneus, OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS – Retroescavadeira, TESOUREIRO, ATENDENTE DE FARMÁCIA e AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.

Catanduvas/SC, em 19 de outubro de 2010.

**SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Sandra Leite Dell’Osbel**

EDITAL Nº 005/2010**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

1

Concurso Público nº 001/2010**EDITAL Nº 005/2010**

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ANEXO V, DO EDITAL Nº 003/2010, EXCLUSIVAMENTE PARA PROMOVER CORREÇÕES RELACIONADAS A DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC.

A Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Senhora **Gisa Aparecida Giacomini**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequar o Edital Consolidado nº 003/2010, para corrigir a redação em que cita dispositivos da Lei Orgânica do Município de Catanduvas/SC, exclusivamente, no ANEXO V do referido Edital;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, as alterações de redação, nos casos seguintes, no ANEXO V do Edital nº 003/2010:

I – Das Alterações:

O ANEXO V, do Edital nº 003/2010, que trata do **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO SUGERIDO PARA A PROVA ESCRITA**, parte relacionada aos **conhecimentos específicos** dos cargos que a seguir se identifica, passa a vigorar com as seguintes correções:

a) Cargo: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO:

Aonde se lê “*conhecimentos de outras normas de saúde pública, especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município (art. 154 a 158)*”, lê-se: “***conhecimentos de outras normas de saúde pública, especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município (art. 161 a 165)***”.

b) Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

Aonde se lê: “*inclusive aquelas da Lei Orgânica do Município (arts. 154 a 158)*”, lê-se: “***inclusive aquelas da Lei Orgânica do Município (arts. 161 a 165)***”.

c) Cargo: ASSISTENTE SOCIAL:

Aonde se lê: “*inclusive da Lei Orgânica do Município (disposições relacionadas à assistência social geral, comunitária, idosos e crianças e adolescentes)*”, lê-se: “***inclusive da Lei Orgânica do Município (disposições relacionadas à***



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

2

Concurso Público nº 001/2010

assistência social, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência).

d) Cargo: ENFERMEIRO:

Aonde se lê: “*especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município (art. 182 a 191)*”, lê-se: “***especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município (art. 161 a 165)***”.

e) Cargo: FARMACÊUTICO:

Aonde se lê: “*especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município (art. 202 a 206)*”, lê-se: “***especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município (art. 161 a 165)***”.

f) Cargo: MÉDICO – Ginecologista:

Aonde se lê: “*especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município, normas constitucionais (art. 196 a 200)*”, lê-se: “***especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município, normas constitucionais (art. 161 a 165)***”.

g) Cargo: MÉDICO – Estratégia de Saúde da Família:

Aonde se lê: “*especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município, normas constitucionais (art. 196 a 200)*”, lê-se: “***especialmente as disposições próprias da Lei Orgânica do Município, normas constitucionais (art. 161 a 165)***”.

As demais disposições do Edital nº 003/2010, não alteradas pelo presente, permanecem em pleno vigor.

Gabinete da Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, em 19 de setembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 333/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 333/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar GUILHERMINO BILK, Agente Político desta Prefeitura, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, gozar as férias regulamentares, conforme art.78 da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011 de 21.10.2010 à 04.11.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de outubro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 018/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 018/2010
DISPENSA Nº 01/2010 - FMS

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de Sistema de Gestão da Saúde.

CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II, da lei 8.666/93.

Chapadão do Lageado (SC), 21 de outubro de 2010.

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA DE VEREADORES

ATO da MESA Nº001/2010

ATO DA MESA Nº001/2010

No dia 19 do mês de outubro do ano de 2010, às 16:00 horas, na sala das sessões, na Câmara Municipal desta cidade, reuniram-se os senhores membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, sob a Presidência do Vereador Charles Aires, para firmar o reajuste de 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento), observando-se os índices do INPC entre o período de setembro de 2009 a setembro de 2010, nas diárias fixadas no Anexo I da Resolução nº014 de julho de 2007, por força da Resolução nº018 de 27/08/2008, com efeitos a partir da data da publicação deste ato.

Registre-se e comuniquem-se as autoridades e demais interessados, dando-se ampla divulgação.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2010.

CHARLES AIRES
Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ANEXO I

VALOR DAS DIÁRIAS EM REAL

DESTINO DA VIAGEM	PRESIDENTE DA CÂMARA, VEREADORES E SERVIDORES.
Alto Vale do Itajaí	120,00 + 7,31% = 128,77 + 4,56%=134,64 +4,75=139,39
Outras Regiões do Estado	150,00 + 7,31% = 160,97 + 4,56%=168,31 +4,75=173,06
Outros Estados e Distrito Federal	350,00 + 7,31% = 375,59 + 4,56%=392,71 +4,75=397,46
Outros países	600,00 + 7,31% = 643,86 + 4,56%=673,22 +4,75=677,97

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2010.

CHARLES AIRES
Presidente

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Pregão Eletrônico Nº 9/2010 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 9/2010 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição, durante o exercício de 2011, de artigos de manicure e cabeleireiro, para manutenção das oficinas sócio-educativas do Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializada de Assistência Social, com recursos oriundos dos convênios PAEF, PAIF, PFMC III com o FNAS

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 18/11/2010.

Início da Sessão: dia 18/11/2010, às 08h30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 15 de outubro de 2010.

MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Municipal

Aviso Pregão Presencial Nº 5/2010 - FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2010 - FMC

Objeto: A aquisição de móveis, instrumentos musicais,

equipamentos eletrônicos e de informática.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 16/11/2010.

Abertura: dia 16/11/2010, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 14 de outubro de 2010.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral da Fundação Municipal de Cultura

Convocação para Sessão de Abertura de Propostas de Preços da Tomada de Preços Nº 22/2010 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para reforma e/ou construção civil de unidades escolares do Município.

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 20 de outubro de 2010, foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto na fase de habilitação deste certame pela licitante OHMNI SOLUÇÕES EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. De consequência, ficam as licitantes CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, CONSTRUTORA E CONSULTORIA BOULEVARD LTDA, LITHOS ENGENHARIA LTDA, UNITECNO- COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS e EXECUTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, convocadas a comparecer na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, sita à Rua Leonel Mosele, 62, 2º piso, Centro, às 14h00min do dia 22 (vinte e dois) de outubro de 2010, para participar da sessão de abertura e julgamento de suas Propostas de Preços.

Concórdia, SC, 17 de fevereiro de 2010.

LUÍS CARLOS JAROMINEK

Presidente da C.P.L.

Edital de Tomada de Preços Nº 27/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada global (material, mão de obra, fornecimento e instalação de equipamentos) para implantação de Praça no Bairro Santa Cruz em conformidade com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital. Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 17 de novembro de 2010.

Abertura: dia 17 de novembro de 2010, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo

telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 19 de outubro de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMASPMVC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PMVC, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Concórdia SC, 20 de outubro de 2010.

MAURO KICHEL

Secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº. 538

LEI MUNICIPAL Nº. 538, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 31.315,08 (trinta e um mil trezentos e quinze reais e oito centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNIC. DE SAÚDE			
10.301.1001.2.016 MANUT. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
44.90.00.00	Aplicações Diretas	0164.00.00.00	31.315,08

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial serão utilizados recursos de excesso de arrecadação de recursos na fonte 0164.00.00.00 de Compensação de Especificadores Regionais no valor de R\$ 18. 267,13 (dezoito mil duzentos e sessenta e sete reais e treze centavos) e de anulação de dotação no valor de R\$ 13.047,95 (treze mil e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos) na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNIC. DE SAÚDE			
10.301.1001.2.016 MANUT. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
33.90.00.00	Aplicações Diretas (Reduzido 15)	0164.00.00.00	31.315,08

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 19 de outubro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Lei Municipal Nº. 539

LEI MUNICIPAL Nº. 539, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 379.000,00 (Trezentos e setenta e nove mil reais), no orçamento de 2010 da Prefeitura e fundos municipais, nas seguintes programações de despesas:

02.01 GABINETE DO PREFEITO			
04.122.0003.2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GAB. DO PREFEITO E VICE			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	5.000,00
Total do Crédito Suplementar			5.000,00

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS			
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	107.440,00
33500000	Transf. A Inst. privadas	0100.000000	560,00
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	64.000,00
Total do Crédito Suplementar			172.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0101.000000	86.000,00
Total do Crédito Suplementar			86.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.365.0033.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0101.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00

07.01 SECRET. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECON. E SOCIAL			
22.661.0021.1.042 PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
45900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00

08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
28.846.0001.0.000 AMORTIZ. DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
32900000	Aplicações Diretas	0100.000000	16.000,00
Total do Crédito Suplementar			16.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0102.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL			
20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado recursos no valor de R\$ 379.000,00 (Trezentos e setenta e nove mil reais) de anulação de dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS			
04.122.0004.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	50.000,00
Total do Crédito Suplementar			50.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0029.1.024 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0101.000000	50.000,00
Total do Crédito Suplementar			50.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0030.1.025 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0101.000000	60.000,00
Total do Crédito Suplementar			60.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33500000	Transf. Inst. Privadas s. fins lucr.	0101.000000	16.000,00
Total do Crédito Suplementar			16.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
13.392.0013.2.030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
27.812.0024.2.027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33200000	Transf. A União	0100.000000	2.000,00
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	4.000,00
Total do Crédito Suplementar			6.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
27.812.0028.1.048 CONSTR. DE GINÁSIO DE MULTIPLO USO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	20.000,00
Total do Crédito Suplementar			20.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS			
17.512.0018.1.036 SANEAMENTO BÁSICO GERAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS 26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	30.000,00
33200000	Transf. A união	0100.000000	2.000,00
Total do Crédito Suplementar			32.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS 26.782.0041.1.046 OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	40.000,00
Total do Crédito Suplementar			40.000,00

14.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 16.482.0017.1.035 CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	50.000,00
Total do Crédito Suplementar			50.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações diretas	0101.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL 20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	5.000,00
Total do Crédito Suplementar			5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 19 de outubro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 170

DECRETO Nº. 170, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE COM A UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 510/2009 de 11/08/2009, Lei da LDO nº. 516/2009 de 04/11/2009, Lei Orçamentária Anual nº. 518/2009 de 15 de Dezembro de 2009, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 28/10/1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação de recursos oriundos da União, referente ao Convênio nº. 031637175/2009/MAPA/CAIXA, de 31/12/2009, fonte 01.24.000054, no valor de R\$ 246.315,78 (duzentos e quarenta e seis mil trezentos e quinze reais e setenta e oito centavos).

(A) Orçados 2010	(B) Valor do Convênio	(A-B) Excesso
0,00	246.315,78	246.315,78

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 246.315,78 (duzentos e quarenta e seis mil trezentos e quinze reais e setenta e oito centavos) será utilizado na seguinte programação de despesa:

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 20.601.0038.1.039 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.24.000054	246.315,78

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº. 053, de 15/03/2010, no valor de R\$ 246.315,78 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e quinze reais e setenta e oito centavos) em função de ter utilizado a fonte indevida 03.24.000054, ao invés da fonte 01.24.000054, o qual estamos corrigindo com o presente decreto e lançamentos contábeis de anulação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 15 de outubro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 171

DECRETO Nº. 171, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 510, de 11/08/2009, Lei da LDO nº. 516, de 04/11/2009, Lei Orçamentária Anual nº. 518, de 15/12/2009, Lei Municipal nº. 538, de 19/10/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 28/10/1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 31.315,08 (trinta e um mil trezentos e quinze reais e oito centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNIC. DE SAÚDE 10.301.1001.2.016 MANUT. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
44.90.00.00	Aplicações Diretas	0164.00.00.00	31.315,08

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial serão utilizados recursos de excesso de arrecadação de recursos na fonte 0164.00.00.00 de Compensação de Especificadores Regionais no valor de R\$ 18.267,13 (dezoito mil duzentos e sessenta e sete reais e treze centavos) e de anulação de dotação no valor de R\$ 13.047,95 (treze mil e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos) na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNIC. DE SAÚDE 10.301.1001.2.016 MANUT. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
33.90.00.00	Aplicações Diretas (Reduzido 15)	0164.00.00.00	31.315,08

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 19 de outubro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 172

DECRETO Nº. 172, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 510, de 11/08/2009, Lei da LDO nº. 516, de 04/11/2009, Lei Orçamentária Anual nº. 518, de 15/12/2009, Lei Municipal nº. 539, de 19/10/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 28/10/1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 379.000,00 (Trezentos e setenta e nove mil reais), no orçamento de 2010 da Prefeitura e fundos municipais, nas seguintes programações de despesas:

02.01 GABINETE DO PREFEITO			
04.122.0003.2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GAB. DO PREFEITO E VICE			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	5.000,00
Total do Crédito Suplementar			5.000,00
03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS			
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	107.440,00
33500000	Transf. A Inst. privadas	0100.000000	560,00
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	64.000,00
Total do Crédito Suplementar			172.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0101.000000	86.000,00
Total do Crédito Suplementar			86.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.365.0033.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0101.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00
07.01 SECRET. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECON. E SOCIAL			
22.661.0021.1.042 PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
45900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00

08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
28.846.0001.0.000 AMORTIZ. DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
32900000	Aplicações Diretas	0100.000000	16.000,00
Total do Crédito Suplementar			16.000,00
10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0102.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00
11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL			
20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado recursos no valor de R\$ 379.000,00 (Trezentos e setenta e nove mil reais) de anulação de dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS			
04.122.0004.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	50.000,00
Total do Crédito Suplementar			50.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0029.1.024 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0101.000000	50.000,00
Total do Crédito Suplementar			50.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0030.1.025 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0101.000000	60.000,00
Total do Crédito Suplementar			60.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33500000	Transf. Inst. Privadas s. fins lucr.	0101.000000	16.000,00
Total do Crédito Suplementar			16.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
13.392.0013.2.030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00
04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
27.812.0024.2.027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33200000	Transf. A União	0100.000000	2.000,00
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	4.000,00
Total do Crédito Suplementar			6.000,00



04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 27.812.0028.1.048 CONSTR. DE GINÁSIO DE MULTIPLO USO			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	20.000,00
Total do Crédito Suplementar			20.000,00
05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS 17.512.0018.1.036 SANEAMENTO BÁSICO GERAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00
05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS 26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	30.000,00
33200000	Transf. A união	0100.000000	2.000,00
Total do Crédito Suplementar			32.000,00
05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS 26.782.0041.1.046 OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	40.000,00
Total do Crédito Suplementar			40.000,00
14.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 16.482.0017.1.035 CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	50.000,00
Total do Crédito Suplementar			50.000,00
10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações diretas	0101.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00
11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL 20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	5.000,00
Total do Crédito Suplementar			5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 19 de outubro de 2010.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 108

PORTARIA Nº. 108, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010.
COLOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL À DISPOSIÇÃO DA CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo V, Artigo nº. 87, Inciso II, da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor municipal Belonir dos Santos, matrícula nº 507, ocupante do Cargo de Técnico em Agropecuária, CPF nº 047.065.979-35, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para origem, até o dia 13/10/2011, para desenvolver atividades de Defesa Sanitária Animal no município de Coronel Martins, Santa Catarina:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de outubro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 109

PORTARIA Nº. 109, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.
COLOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL À DISPOSIÇÃO DA CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo V, Artigo nº. 87, Inciso II, da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor municipal Gilson Eduardo Pahl, matrícula nº 126, ocupante do Cargo de Engenheiro Agrônomo, CPF nº 680.144.229-53, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para origem, até o dia 20/10/2011, para desenvolver atividades de Defesa Sanitária Animal no município de Coronel Martins, Santa Catarina:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de outubro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 097

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 097

MÊS/ANO: SETEMBRO/2010 NÚMERO CONTRATO: 097/2010
VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 3.440,00 (três mil quatrocentos e quarenta reais) mensais
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/09/2010
DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de assessoria jurídica, que compreende análise e elaboração de projetos de leis; orientações, consultas e elaboração de pareceres aos diferentes órgãos da Administração; elaboração de peças

processuais nas áreas administrativa e judicial; representação e defesa dos interesses do Município em Juízo e em qualquer outro órgão público ou privado. O serviço deverá ser prestado na sede da Administração municipal e, ainda, mediante a utilização da rede mundial de computadores (internet), através de correio eletrônico e outras formas de comunicação de rede e via telefone e fac-símile (fax), sempre que a Administração necessitar de respostas ou orientações urgentes.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO DE PESSOA (1/2):2 CPF/CNPJ: 06.263.675/0001-00
CONTRATADO: VEDANA & OLIVEIRA ADV. ASSOCIADOS
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010
CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 67/2010.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2010.

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de enciclopédias para uso nos Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:50 horas do dia 05/11/2010. A partir das 14:00 horas do dia 05/11/2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de outubro de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Edital de Tomada de Preços Nº 68/2010.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 68/2010.

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, neste ato representado por sua Presidente, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, do tipo menor preço por item sendo: ITEM 1 - Reforma e Ampliação do Centro de Educação Infantil São José Unidade I - Bairro São José, com área de 455,89m²; ITEM 2 - Reforma e Ampliação do Centro de Educação Infantil São José Unidade II - Bairro São José, com área de 628,05m², conforme memoriais descritivos em anexo.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 14:50 horas do dia 9/11/2010, no protocolo da sede

da Prefeitura.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 15:00 horas do dia 9/11/2010. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de outubro de 2010.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT

Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES

Presidente da CPL

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1459/2010

DECRETO 1459, de 15 de outubro de 2010.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1215, de 13 de novembro de 2009 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 15.567,62(Quinze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV. 2.016 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
112 - 3.3.90.00.00.00.00.0058.0 - Aplicações Diretas
R\$ 15.567,62

Total de Suplementações R\$ 15.567,62

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2009 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1459/2010, de 15 de outubro de 2010

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Fonte de Recurso 113-4/2009 - SAL.EDUCAÇÃO
Exercício de 2009

Ativo Financeiro	15.567,62
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	15.567,62
Deduções:	

Decreto n.º 1459/2010 - 15/10/2010	15.567,62
------------------------------------	-----------

Saldo	15.567,62
-------	-----------

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2009- Anexo 14

Decreto 1460/2010

DECRETO 1460, de 20 de outubro de 2010.

Transfere Data Comemorativa e Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida a data comemorativa ao dia do Funcionário Público do dia 28/10/2010 para o dia 01/11/2010.

Art. 2º - Em decorrência desta transferência fica decretado ponto facultativo em todas as repartições municipais, inclusive no Fundo Municipal de Saúde no dia 01/11/2010.

Parágrafo Único - Os casos de emergência na Saúde serão atendidos pelo sobreaviso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 20 de outubro de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato PMF Nº. 171/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 171/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 4.459,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 106/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)

DATA DA ASSINATURA - 29 de setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Concorrência Nº. 88/PMF/2010

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 88/PMF/2010

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA 88/PMF/2010, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO DO RIO SANGÃO, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 7,5 KM, COMPREENDIDA ENTRE A PONTE DO BAIRRO CIDADE ALTA ATÉ ABAIXO DA PONTE DO NICK, E CONTRUÇÃO DE UMA PONTE COM 42,10 METROS DE COMPRIMENTO E 5,60 METROS DE LARGURA, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONVÊNIO Nº. 728151/2009 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL REPRESENTADO PELA SECRETARIA NACIONAL DA DEFESA CIVIL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS NA CIDADE DE FORQUILHINHA/SC.

Às oito horas do dia vinte do mês de outubro do ano de dois mil e dez, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 88/PMF/2010. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. Rejane Maria Loch, a mesma informou que não houve recursos acatados quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 1), ata nº. 02, tendo em vista o término do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recursos, estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Das Propostas de Preços das licitantes habilitadas: CONFER CONTRUTORA FERNANDES LTDA., A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA., PENASCAL ENGENHARIA E CONTRUÇÃO LTDA., SETEP CONTRUÇÕES S.A. e ENGEPLAN CONTRUÇÕES LTDA, para as 10:00 horas do dia vinte e um do mês de outubro do ano de dois mil e dez, na Sala de reuniões desta Municipalidade As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 20 de outubro de 2010.

REJANE MARIA LOCH

Presidente da Comissão de Licitações

RENATA PEREIRA

Secretária

ERIKA DE LUCA TISCOSKI

Membro

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2078/2010

LEI Nº 2078, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE OBRIGATORIEDADE DE ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS FISCAIS - LIFs ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE DADOS, AOS PRESTADORES E TOMADORES DE SERVIÇOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN, SEDIADOS OU ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, VIA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 1º, com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de escrituração dos Livros Fiscais - LIFs, definidos nos Artigos 469 e seguintes da Lei Complementar nº 053/2003, através do Sistema Eletrônico de Dados, aos prestadores e tomadores de serviços sujeitos à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, independente de estarem sediados ou estabelecidos no Município de Fraiburgo, via internet, no endereço eletrônico <http://www.fraiburgo.sc.gov.br>

§ 1º. A responsabilidade civil pelas informações prestadas, será da pessoa física ou jurídica devidamente cadastrada para uso do sistema.

§ 2º. A responsabilidade originada por dolo ou má-fé, será apurada em procedimento criminal próprio."

Art. 2º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º. Os prestadores de serviços e os tomadores, estabelecidos ou sediados no Município de Fraiburgo, ainda que não sujeitos à Inscrição no Cadastro Fiscal, ficam obrigados a apresentar, mensalmente, via internet, no endereço eletrônico <http://www.fraiburgo.sc.gov.br>, a Declaração Fiscal, dos serviços prestados e tomados.

§1º. A obrigatoriedade da Declaração Fiscal é extensiva aos tomadores de serviços não estabelecidos ou sediados no Município de Fraiburgo, quando houver retenção do ISSQN.

§ 2º. A Declaração poderá ser apresentada de forma simplificada, sendo que a Declaração por notas deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data limite para o recolhimento do tributo.

§3º. Na composição da Declaração poderá ser utilizado o cupom fiscal, desde que este contenha a informação do tomador do serviço e seu CNPJ."

Art. 3º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º As declarações fiscais dos serviços prestados ou tomados deverão ser apresentadas até o oitavo dia útil do mês subsequente

à movimentação econômica mensal, com início a partir da competência de julho de 2010, sob a responsabilidade individual do contribuinte, do contador ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. As declarações fiscais deverão ser inseridas junto ao sistema disponibilizado via internet no "Módulo Declarações".

§ 2º. Os contribuintes que não possuem movimento econômico, em determinada competência, deverão fazer a declaração fiscal sob a rubrica "SEM MOVIMENTO", dentro dos prazos previstos no "caput" deste artigo.

§ 3º. As declarações fiscais dos serviços prestados poderão ser alteradas a qualquer momento, mediante a reabertura da declaração, se encerrada sem pagamento, antes do início da ação fiscal, somente sendo permitida a alteração mediante autorização do fisco.

§ 4º. No caso de informações prestadas e guia já emitida e recolhida, somente será permitida a apresentação de declaração retificadora."

Art. 4º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 4º, com os incisos I, II e III e § 2º, acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"I - os empresários individuais e as pessoas jurídicas de direito privado ou as a ela equiparadas;

II - os tomadores de serviços que efetuaram retenção do imposto, inclusive as pessoas jurídicas de direito público, tanto da Administração Direta como da Indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, independente de estarem estabelecidas ou sediadas no Município de Fraiburgo.

III - as instituições financeiras, quando prestarem, tomarem ou intermediarem serviços de prestadores de serviços estabelecidos no Município de Fraiburgo, observado o contido no artigo 10 desta Lei;

§ 2º. O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do tomador dos serviços, observando-se o prazo regulamentar de pagamento"

§ 3º. No caso de prestador de serviço optante do simples nacional, o tomador do serviço deve lançar a alíquota, no campo específico, de acordo com a que estiver expressa na nota fiscal. Não havendo indicação do regime tributário ou alíquota na nota fiscal, deverá ser considerada a alíquota de 5% (cinco por cento)."

Art. 5º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o inciso I e III do Parágrafo Único, do Artigo 6º, com a seguinte redação:

"I - referentes a serviços tributados pelo ICMS ou relativos a locação de bens móveis;

III - ser sociedade inscrita no Cadastro Fiscal do Município de Fraiburgo, com tributação pelo regime de ISSQN-FIXO;"

Art. 6º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 9º, com a seguinte redação:

"Art. 9º. Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficando, porém, obrigados a prestar informações junto ao programa do Livro Eletrônico, declarando a receita bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas aprovado pelo Banco Central.

Parágrafo único. Os estabelecimentos mencionados no "caput", deste artigo, deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco quando solicitados, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central. "

Art. 7º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o caput do Artigo 10, com a seguinte redação:

"Art. 10. Para a atividade de Construção Civil considera-se estabelecimento prestador o local da obra."

Art. 8º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 11, acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º. Preferindo o contribuinte, poderá efetuar a compensação dos valores apurados como pagos a maior, junto ao próprio sistema do livro eletrônico, nos termos da legislação tributária municipal."

Art. 9º. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o § 4º do Artigo 14, com a seguinte redação:

"§ 4º. Findo o exercício fiscal o contribuinte deverá emitir os Livros Fiscais em papel, promover a encadernação das folhas e encaminhá-lo para autenticação do Fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias."

Art. 10. A Lei no 1934/2007 passa a vigorar com o Artigo 15, com a seguinte redação:

"Art. 15. A partir da competência do mês de julho, do exercício de 2010, todos os contribuintes obrigados a apresentar as Declarações Fiscais dos serviços prestados e tomados sujeitos a tributação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, somente poderão fazê-lo via internet, pelo endereço eletrônico <http://www.fraiburgo.sc.gov.br>.

§1º. As intimações e notificações expedidas pelo fisco municipal, encaminhadas eletronicamente, quer seja pelo sistema do livro eletrônico ou no email devidamente cadastrado junto ao sistema tributário municipal, deverão ser atendidas no prazo nela consignados, sob as penas da lei, constituindo-se como documento hábil a amparar qualquer procedimento fiscal.

§2º. As Autorizações para Impressão de Notas Fiscais somente serão processadas se recebidas pelo sistema do livro eletrônico."

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC. 20 de Outubro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2491/2010

PORTARIA N.º 2.491 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JANICE ALVES RIBEIRO CRESTANI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 868.492.399-53, contratada em caráter temporário na função de

PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITAÇÃO 60, por 21 horas semanais, a partir de 19 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2492/2010

PORTARIA Nº 2.492, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, ZELIA DOS SANTOS CELESTINO, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 656.553.709-72, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, no período de 21 de outubro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0021/2010

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de saúde do Município de Fraiburgo, na função de Médico do Trabalho, para preenchimento de vagas no ano de 2010, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997. As inscrições serão realizadas no período de 22 de outubro a 05 de novembro de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no

sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3000.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 147/2010

DECRETO N.º 147, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 70.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	5.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito	5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	5.000,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca	5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	60.000,00
26782352.052 - Func. e Manut. Da Secretaria de Infra-Estrutura	60.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 148/2010

DECRETO N.º 148, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 34.600,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	34.600,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde	19.600,00
3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	19.600,00
10301252.074 - Manut. do SAMU	15.000,00
3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	5.000,00
3.1.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	34.600,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde	19.600,00
4.4.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	19.600,00
10301252.074 - Manut. do SAMU	15.000,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 149/2010

DECRETO N.º 149, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 44.180,27 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 44.180,27 (quarenta e quatro mil e cento e oitenta reais e vinte e sete centavos) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	44.180,27
26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art. Especial	44.180,27
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.3.24.001016 - Aplicações Diretas	39.180,27

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 44.180,27 (quarenta e quatro mil e cento e oitenta reais e vinte e sete centavos) correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 150/2010

DECRETO N.º 150, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 168.002,35 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 168.002,35 (cento e sessenta e oito mil e dois reais e trinta e cinco centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	83.750,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	10.300,00
3.3.90.0.1.94.000036 - Aplicações Diretas	6.000,00
3.3.90.0.1.94.000037 - Aplicações Diretas	4.300,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar	73.450,00
3.3.90.0.1.22.001003 - Aplicações Diretas	73.450,00

10.01 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	79.252,35
26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	79.252,35
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas	79.252,35

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.000,00
10301252.074 - Manutenção do SAMU	5.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 168.002,35 (cento e sessenta e oito mil e dois reais e trinta e cinco centavos) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 151/2010

DECRETO N.º 151, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

ANULA SALDOS DE EMPENHO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente, e

Considerando, o Ofício n.º 333/2010, da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, solicitando cancelamento de saldos de empenhos,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada a anulação dos saldos de empenho a pagar, abaixo relacionados:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Número do Empenho	valor	valor de restos
004108/07	29.123,90	R\$ 29.123,90
000001/08	14.254,18	R\$ 14.254,18
003109/08	5.048,50	R\$ 5.048,50
003110/08	2.986,63	R\$ 2.986,63
Total		R\$ 51.413,21

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 152/2010

DECRETO N.º 152, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 4.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL	4.200,00
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal	4.200,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.200,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL	4.200,00
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal	4.200,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.200,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 153/2010

DECRETO N.º 153, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.
ALTERA O ART. 2º, DO DECRETO N.º 098/2010, QUE "LIMITA TEMPORARIAMENTE, A AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO, PREVISTA NOS ARTIGOS 86 E 87, DA LEI MUNICIPAL N.º 1.000/2005 E ALTERAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de contenção de gastos,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2º, do Decreto n.º 098, de 29/07/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Será permitida, a autorização para prestação de serviços extraordinários de até 100 (cem) horas mês para Motoristas, Operadores de Equipamentos, Operadores de Trator Agrícola, Mecânico, Mestre de Obras, Equipe do SAMU e servidores designados para serviços essenciais, com autorização específica do Prefeito Municipal, desde que, comprovado por roteiro de viagem ou serviço, justificativa, e autorização por escrito."

Art. 2º. As permissões previstas no presente Decreto serão válidas para a folha de pagamento do mês de outubro/2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 116/2010.

Garopaba, 19 de Outubro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária de Administração

Portaria N.º 700/2010

PORTARIA N.º 700, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor CLAUDIO PEREIRA, matrícula funcional n.º 0005, referentes a 2002-2007, pelo período de 03/11/2010 à 01/01/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Outubro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Gaspar

SAMAE

Aviso Pregão Presencial Nº 46/2010 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº. 46/2010

OBJETO: Aquisição de tubos e conexões, visando a manutenção, ampliação e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas e redes de água existentes no Município.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 09/11/2010.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 09/11/2010 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 19 de outubro de 2010.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº. 099/2010 - Telefonia Móvel

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 099/2010

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel e fornecimento de 43 (quarenta e três) acessos móveis com aparelhos comoditados, para o período de 12 (doze) meses conforme especificações constantes dos Anexos que integram este Edital. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços dia 04 de novembro de 2010, às 15h00min. Local para obtenção do Edital no setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 20 de outubro de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Extrato de Dispensa 73/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 183/2010
DISPENSA Nº 73/2010

Objeto: Locação de espaço físico para atender ao convênio de co-
operação operacional de técnico científico entre Unisul e Prefeitura
Municipal de Imbituba.

Locador: Renato Jacques Teixeira.

Valor Mensal: R\$ 2.000,00 Prazo: 04 meses

Valor Total: 8.000,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 20 de setembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Extrato PMI SEAGP 92/2009 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEAGP 92/2009 A02

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

C.N.P.J: 00.456.865/0001-67

Objeto Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Original.

PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 176.908,98

Fundamento: Processo 47/2009 TP 03/2009

Imbituba, 17 Agosto de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

ILSE CRISTINA DE SOUZA

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 179/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 179/2010 A00

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E
PESCADORES

C.N.P.J: 10.202.167/0001-99

Objeto Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar
para alimentação escolar.

PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 10.139,00

Fundamento: Processo 165/2010 Dispensa 62/2010

Imbituba, 22 de Setembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

JOSÉ CARLOS DE SOUZA

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 182/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 182/2010 A00

Contratada: CAMPOS & APOLINÁRIO LTDA

C.N.P.J: 78.889.896/0001-07

Objeto Reposição de cargas de extintores e manutenção.

PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 6.095,00

Fundamento: Processo 186/2010 Dispensa 71/2010

Imbituba, 05 de Outubro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

ROGÉRIO CAMPOS

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEFAZ 177/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEFAZ 177/2010 A00

Contratada: ITAÚ UNIBANCO S/A

C.N.P.J: 60.701.190/0001-04

Objeto Prestação Serviços bancários com exclusividade de geren-
ciamento de folha de pagamento do servidores da Prefeitura Mu-
nicipal de Imbituba.

PRAZO: 31/12/2015 Valor: R\$ 1.501.000,31

Fundamento: Processo 165/2010 Pregão 76/2010 PR

Imbituba, 08 de Setembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

IATÚ UNIBANCO S/A

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEINFRA 140/2009 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 140/2009 A01

Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA

C.N.P.J: 07.375.841/0001-46

Objeto Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Original.

PRAZO: 31/10/2010 Valor: R\$ 35.919,07

Fundamento: Processo 114/2009 Carta Convite 15/2009

Imbituba, 04 de Fevereiro de 2010

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SAULO FORMIGONI

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEINFRA 180/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 180/2010 A00

Contratada: CONSTRUVILLA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/001-44
Objeto Execução de serviços de pavimentação com peças pé-moldadas de concreto - PPC da Avenida Porto Novo - Praia do Rosa - Ibiraquera.
PRAZO: 30/11/2010 Valor: R\$ 121.735,98
Fundamento: Processo 179/2010 Carta Convite 29/2010

Imbituba, 30 de Setembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

EDSON CORREA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 183/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 183/2010 A00

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92
Objeto Fornecimento de material e mão de obra para pavimentação da rua Bento Damázio - Vila Nova.
PRAZO: 05/12/2010 Valor: R\$ 72.921,00
Fundamento: Processo 170/2010 Carta Convite 26/2010

Imbituba, 05 de Outubro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

RUDNEI DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 184/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 184/2010 A00

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92
Objeto Fornecimento de material e mão de obra para recuperação de pavimentação e drenagem da Avenida Atlântica e Rua em torno do posto salva vidas - Itapirubá.
PRAZO: 05/12/2010 Valor: R\$ 60.603,70
Fundamento: Processo 177/2010 Carta Convite 27/2010

Imbituba, 05 de Outubro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

RUDNEI DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 35/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 35/2010 A00

Contratada: ESTOFADOS VANESSA LTDA ME
C.N.P.J: 08.652.387/001-72
Objeto Reforma de cadeiras para atendimento do programa Bolsa Família e Programa Atenção Integral à Família.
PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 4.970,00
Fundamento: Processo 131/2010 Dispensa 11/2010

Imbituba, 05 de Outubro de 2010.
VALÉRIA FABIANAC. RODRIGUES
Secretária Municipal SEDESTH
Contratante

CRISTIANO AVELINO
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 36/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 36/2010 A00

Contratada: EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
C.N.P.J: 86.431.749/0001-09
Objeto Aquisição de passagens intermunicipais e interestaduais para manutenção do Programa de Atendimento ao Plantão Social.
PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 5.184,35
Fundamento: Processo 30/2010 Pregão 19/2010 PR

Imbituba, 05 de Outubro de 2010.
VALÉRIA FABIANAC. RODRIGUES
Secretária Municipal SEDESTH
Contratante

CID G. DAMIANI
Representante Legal
Contratada

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 1525/10

Lei nº 1525 de 20 de outubro de 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) , conforme discriminação seguinte:

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
2.028- Manutenção do Hospital Bom Jesus	
3.3.90.00.00.00.00.0228 - Aplicações Diretas	R\$ 5.300,00

T O T A L	R\$ 5.300,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
2.028- Manutenção do Hospital Bom Jesus	
3.2.90.00.00.00.00.0228 - Aplicações Diretas	R\$ 1.300,00
4.6.90.00.00.00.00.0228 - Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

T O T A L	R\$ 5.300,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Lei 1526/10

Lei nº 1526 de 20 de outubro de 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
1.002 - Obras e Reformas de Escolas e Quadras Municipais	
4.4.90.00.00.00.00.0205 (25) Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

2.015 - Incentivo as Ações de Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.0100 (70) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (71) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

2.023 - Desenvolvimento da Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.0255 (109) Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00

02.12 - FUNREBOM

2.026 - Manutenção do Funrebom	
3.3.90.00.00.00.00.0100 (115) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

T O T A L **R\$ 150.000,00**

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.02 - GABINETE DO PREFEITO

2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00.0100 (1) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração	
3.1.90.00.00.00.00.0100 (8) Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.0189 (34) Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0194 (36) Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0198 (37) Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00

2.007 - Programa de Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0191 (46) Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
---	---------------

02.05 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário	
3.3.90.00.00.00.00.0100 (111) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

T O T A L **R\$ 150.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto 2050/10

Decreto nº 2050/2010

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1525/10 de 20 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) , conforme discriminação seguinte:

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
2.028- Manutenção do Hospital Bom Jesus	
3.3.90.00.00.00.00.0228 - Aplicações Diretas	R\$ 5.300,00

T O T A L	R\$ 5.300,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
2.028- Manutenção do Hospital Bom Jesus	
3.2.90.00.00.00.00.0228 - Aplicações Diretas	R\$ 1.300,00
4.6.90.00.00.00.00.0228 - Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

T O T A L	R\$ 5.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto 2051/10

Decreto nº 2051/2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1526/10 de 20 de outubro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
1.002 - Obras e Reformas de Escolas e Quadras Municipais	
4.4.90.00.00.00.00.0205 (25) Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
2.015 - Incentivo as Ações de Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.0100 (70) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (71) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	
2.023 - Desenvolvimento da Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.0255 (109) Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00

02.12 - FUNREBOM	
2.026 - Manutenção do Funrebom	
3.3.90.00.00.00.00.0100 (115) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

T O T A L **R\$ 150.000,00**

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO
02.02 - GABINETE DO PREFEITO

2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00.0100 (1) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	
2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração	
3.1.90.00.00.00.00.0100 (8) Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.0189 (34) Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0194 (36) Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0198 (37) Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
2.007 - Programa de Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.0191 (46) Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
02.05 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário	
3.3.90.00.00.00.00.0100 (111) Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

T O T A L	R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de SESSÃO PÚBLICA - Convite Nº 26/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	19/10/2010	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 26/2010
		PROC. Nº 104/2010

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para rejuntamento (vedação) entre as placas de ardósia, com argamassa aditivada na obra da galeria de águas pluviais da Rua 620 no Balneário Cambiju, conforme Anexo I do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 06/10/2010 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: OLIVEIRA E POZZER LTDA-ME, CNPJ/MF: 02.607.573/0001-03, BARBOSA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, CNPJ/MF: 04.375.096/0001-22, BALSANELLI ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-ME, CNPJ/MF: 02.211.088/0001-16. Protocolaram envelopes as seguintes empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
19/10/2010	191	07:32	OLIVEIRA E POZZER LTDA-ME	02.607.573/0001-03

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante e analisado todos os documentos e rubricados

por todos os membros da CPL, que após análise foi constatado que a Empresa: OLIVEIRA E POZZER LTDA-ME estava em desacordo com edital por não apresentar o item nº 2.2.2 (Certidão FGTS), item nº 2.2.4 (Certidão Receita Federal), e item nº 2.3.2 (certidão atualizada da empresa junto ao CREA). A sessão foi suspensa para análise da CPL, reaberta a sessão a CPL por unanimidade dos seus membros julgou INABILITADO o licitante.

Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

FERNANDA CRISTINA ROSA
MEMBRO

Convite Nº 29/2010 - Rejuntamento de ardósia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 01/11/2010 às 10h:30m, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:30m estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nº 430, Licitação na modalidade CONVITE nº 29/2010 - Processo nº 109/2010, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para rejuntamento (vedação) entre as placas de ardósia, com argamassa aditivada na obra da galeria de águas pluviais da Rua 620 no Balneário Cambiju, conforme Anexo I do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças no Setor de Licitações e Contratos, no qual estão disponíveis nos horários das 7h:30m às 12h:00m e das 13h:30m às 17h:00m.

Itapoá, 20 de outubro de 2010.
ERVINO SPERANDIO
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 2.289

PORTARIA Nº 2.289 DE 18 DE OUTUBRO DE 2010
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) HELENA ARENHART, Atendente de

Consultório Dentário, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido através do memorando 162 da Secretaria de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006 (12 dias) e 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 14 de outubro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de outubro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.290

PORTARIA Nº 2.290 DE 18 DE OUTUBRO DE 2010
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) SONIA MARLENE BROLLO, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido através do memorando 010 da Secretaria de Saúde - CAPS, referente ao período de 23 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (11 dias) por um período de 11 (onze) dias, a partir de 07 de outubro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de outubro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.291

PORTARIA Nº 2.291 DE 18 DE OUTUBRO DE 2010.
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) ANDRE FRANCISCO PEROTO-NI, do cargo de Gerente de Engenharia, Obras e Urbanismo, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.292

PORTARIA Nº 2.292 DE 18 DE OUTUBRO DE 2010
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) LEONIR ALEXANDRETTI, Carpinteiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido através do memorando 133 da Secretaria de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de outubro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 80/2010/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2010/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 80/2010/PMJ, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 33/2010/PMJ.

Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2010.

- Empresa Vencedora:

O N EVENTOS S/C LTDA

- Valor total: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Licitação Deserta PL 74/2010/PMJ - PP 32/2010/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2010/PMJ
PP Nº 32/2010/PMJ

OBJETO: Assinatura de jornal de circulação no mínimo semanal, para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Leitura (Programa Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula), de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 12.773/2003, com circulação local, regional ou estadual, que disponibilize encartes especiais com as atividades dos alunos das escolas municipais, que desenvolva atividades de capacitação para os professores, coordenadores e orientadores pedagógicos, bem como que promova a divulgação de matérias educacionais, durante o exercício financeiro de 2010. Considerando o teor da ata nº 81/2010, de 13/10/2010, emitida pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio, que inabilitou a única empresa participante do certame, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1. Considerar DESERTO, o presente processo licitatório, bem como determinar a extinção do mesmo.

Joaçaba (SC), 13 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PL 24/2010/FMS - TP 2/2010/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2010/FMS
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2010/FMS

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para construção de Unidade de Saúde da Família, em alvenaria, com um pavimento - área total de 257,36 m², no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste município - conforme consta nos projetos básicos, memorial descritivo e demais informações constantes no processo. Data da abertura: Dia 09/11/2010, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 09/11/2010, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. O edital completo (projetos, orçamento estimativo e memorial descritivo), poderá ser adquirido no Setor de Compras e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativos ao seu custo. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 19 de outubro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

ELISABETE DÖRL
Gestora do FMS

IMPRES

Resolução Nº 002/2010 - IMPRES

RESOLUÇÃO Nº 002/2010

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, Presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições legais conforme Resolução nº 002/2010 de 16 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo para comporem as mesas receptoras de votos na eleição para a escolha dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do IMPRES, biênio 2010/2012, representantes dos servidores públicos municipais, a ser realizada no dia 26 de outubro de 2010, das 07h30min às 17h00min conforme Resolução nº. 001/2010 de 27 de agosto de 2010:

Urna Fixa – Sala do IMPRES: Presidente – Diane Carina Matana;

Secretária – Ana Brasil Siviero;

Urna Fixa – Secret. Obras: Presidente – Luciane Rossetti

Secretário – José Antonio Martins;

Urna Fixa – SIMAE: Presidente – Andreia Tussi;

Secretário – Adones Marciano;

Urna Fixa – Creche CEIME: Presidente – Neivete Antunes de Oliveira;

Secretária – Rosimeri Salete Chiamulera;

Urna Fixa – Secret. Saúde: Presidente – Sulani de Fátima Bortolozzo Welter;

Secretária – Sonia Maria Pozza;

Urna Fixa – CERT: Presidente – Arlene Maria Ferri;

Secretária – Juçara Edith Stefanos Ronssem;

Urna itinerante 01 Presidente – Juliana Kusnier;

Secretário – João Antonio Zardo



Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba – SC, 19 de outubro de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Presidente da Comissão Eleitoral

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 124/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 124/2010
Edital : Pregão Presencial
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PRÉ-ESCOLAS E CRECHE

Abertura às 08:00 horas do dia 04 de novembro de 2010.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e
Horário: Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das
07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 21 de outubro de 2010.
MORGANA FERNANDES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato da Portaria 109

EXTRATO DE PORTARIA
2010

Portaria nº 109/10 de 15/10/10 - "Determina a Avaliação de Imóveis que especifica". (devidamente registrados sob nº AV.2-18.138 e sob o nº 19.884 no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC)

Portaria nº 110/10 de 15/10/10 - "Determina a Avaliação de Imóveis que especifica". (devidamente registrados sob nº R-1/28.248, R-2/10.590, AV.3-1.649, R-1/28.427, AV.2-12.524, 25.774, fls.007, L.3"U", 10.529, fls.019, L.3"J" e 13.018, fls 254, L.3"K" no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC).

Extrato de Portaria 110

EXTRATO DE PORTARIA
2010

Portaria nº 110/10 de 15/10/10 - "Determina a Avaliação de Imóveis que especifica". (devidamente registrados sob nº R-1/28.248, R-2/10.590, AV.3-1.649, R-1/28.427, AV.2-12.524, 25.774, fls.007, L.3"U", 10.529, fls.019, L.3"J" e 13.018, fls 254, L.3"K" no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC).

Extrato de Dispensa de Licitação pml.022.10 EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Tipo: Dispensa de Licitação pml.022.10 de 19/10/10
Objeto: aquisição e instalação de alarme com câmera de segurança no Complexo Educacional São Francisco, Unidade II.
Contratante: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
Contratada: GM SOM E ACESSÓRIOS LTDA ME
Valor: R\$ 2.633,00 (dois mil seiscentos e trinta e três reais).
Justificativa: Contratação, a preço de mercado totalizando valor inferior ao limite de 10% previsto na alínea "a", inciso II, do art. 23 da Lei nº 8666/93 e alterações, para a realização de certame licitatório.
Fundamento legal: Lei nº 8.666/93 - art. 24, inciso II por NORIVAL FIORIN - Prefeito Municipal em 19/10/10

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata Referente ao Processo Licitatório Nº. 66/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA REFERENTE AO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2010-PMM

O objeto a ser licitado passa a ter a seguinte descrição: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULO ONIBUS USADO, 4X2; MOTOR DIANTEIRO; MINIMO DE 201 CV; ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 1998; CAPACIDADE MINIMA PARA 31 (trinta e um) PASSAGEIROS COM POSSIBILIDADE PARA ADAPTAÇÃO A 45 PASSAGEIROS; CARROCERIA FECHADA URBANA; DOIS EIXOS; DIREÇÃO HIDRAULICA; CAIXA COM 5 MARCHAS SINCRONIZADAS; MOTOR TURBINADO; COMBUSTIVEL DIESEL; COM ESTEPE; EQUIPADO COM: ASSOALHO EM ALUMINIO, TACÓGRAFO, VALVULA DE ABERTURA DE PORTAS ELETROPNEUMATICA (BOTÃO E NÃO MANIVELA); FABRICAÇÃO NACIONAL; GARANTIA DE MOTOR, CAIXA E DIFERENCIAL DE 03 (TRÊS) MESES. REVISÃO DE RODAS E SUSPENSÃO, BANCOS, PNEUS E ESTRUTURA GERAL EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

A entrega dos envelopes será: 04-11-2010, às 14:15h.
Credenciamento e Abertura das Propostas: 04-11-2010, às 14:30h
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30 as 11:30 h e das 13:00 as 17:00 h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de Outubro de 2010.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1457-2010

LEI n.º 1457-2010
AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A INSTITUIÇÃO PRIVADA.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição social à Sociedade Esportiva e Recreativa Meleiro Esporte Clube, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.800.101/0001-63, no valor total de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), visando sua manutenção e funcionamento.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro (66).

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de outubro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1458-2010

LEI nº1458-2010

ALTERA REDAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº. 1423/2010 , DE 05 DE MAIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º. O Artigo 1º da Lei Municipal 1423/2010, de 05 de maio de 2010, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1 º O trecho compreendido entre o início da interseção da Rodovia SC 449 com a Rodovia SC 483, até a interseção com a Rodovia SC 448, com largura de 30,00 m (trinta metros), passa a denominar-se "AVENIDA SILVIO JORGE ZANETTE".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de outubro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1459-2010

LEI n.º 1459-2010

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicionais suplementar no montante de R\$ 339.700,00 (Trezentos e trinta e nove mil e setecentos reais), a ser distribuídos nas seguintes contas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

030304122.2005 - Manut. Administração Geral e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4) ... R\$ 42.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (7) ... R\$ 10.000,00

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0113.0 - Aplicações Diretas (33) . R\$ 20.000,00

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (56) . R\$ 30.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (104) R\$ 28.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (105) R\$ 30.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

08012846.2054 - Manutenção dos Encargos Especiais

4.6.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (120) R\$ 9.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

110120606.2038 - Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (137) R\$ 20.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2022 - Manutenção da Ações Básica de Saúde

3.3.71.00.00.00.00.00.0080.0 - Transferências a Consórcios Públicos (13)

..... R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (14) . R\$ 30.000,00

130110301.2023 - Manutenção do Programa ESF/PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (22) . R\$ 67.700,00

130110301.2024 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (22) . R\$ 20.000,00

130110304.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (31) . R\$ 3.000,00

Total R\$ 339.700,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112812.1011 - Aquis. Area, Const. Ampl. Equipamentos Esportivos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (24).. R\$ 30.000,00

040112361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (41) . R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (45) . R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113.0 - Aplicações Diretas (48) . R\$ 20.000,00

040112364.2019 - Manut. Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (64) . R\$ 30.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115451.1042 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (97).. R\$ 20.000,00

060117512.2029 - Manutenção do Fundo Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (101) R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (102) R\$ 3.750,00

07 - SECRET. DE AGRIC. MEIO AMB. E DESENVOL. ECONO

070222661.2048 - Manutenção dos Serviços Gerais/Indústria e Comércio
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (113) R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (114) R\$ 30.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (115) R\$ 2.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120116482.2051 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (146) R\$ 40.000,00
 120108241.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativo (153) R\$ 5.200,00
 120108242.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativo (154) R\$ 2.500,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (159) R\$ 500,00
 120108243.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativo (155) R\$ 2.500,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (170) R\$ 1.250,00
 120108244.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (171) R\$ 10.000,00
 120108243.2053 - Manutenção do Fundo Infância e Adolescência - FIA
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (175) R\$ 16.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativo (176) R\$ 22.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (177) R\$ 11.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (179) R\$ 5.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.1021 - Aquisição de Veículo e equipamentos funcionais
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4) ... R\$ 3.500,00
 130110304.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (31) . R\$ 15.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (35).. R\$ 7.500,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (36).. R\$ 5.000,00

Total R\$ 339.700,00

Art. 3º Fica ajustado nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº 1378/09, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010 - Lei Municipal nº 1393/09 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2010 - Lei Municipal nº 1.394/09, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de outubro de 2010.
 JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
 JAIRO LUIZ CANELA
 Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1460-2010

LEI nº. 1460-2010
 ALTERA REDAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº. 1.150/2006, DE 01 DE SETEMBRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e sanciona a seguinte LEI:
 Art. 1º. O artigo 4º da Lei Municipal 1.150/2006 de 01 de setembro de 2006, passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 4º - O Poder Executivo poderá, através de lei específica para

cada caso, e mediante concorrência pública, alienar por concessão de direito real de uso ou venda área de terra, ou ceder em comodato galpões industriais ou comerciais próprios ou de terceiros, locados pelo Município, destinada a instalação de empresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços, como forma de estímulo ao desenvolvimento econômico e social do Município de Meleiro-SC.”

Art. 2º. O artigo 6º da Lei Municipal 1.150/2006 de 01 de setembro de 2006, passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 6º. Os incentivos econômicos, acrescidos das isenções fiscais, a que se refere o artigo 1º, se constituem isolada ou cumulativamente, em:

- I - Execução em todo ou em parte dos serviços de infraestrutura básica, quando necessária a implantação, de acordo com parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE;
- II - Apoio técnico na elaboração de projetos e na obtenção de financiamentos junto a órgãos financeiros;
- III - Permuta de terrenos, objetivando a instalação em áreas industriais, com empresas já estabelecidas, em outros locais do Município.
- IV - Comodato de galpões industriais próprios ou de terceiros, locados pelo Município no prazo máximo de 2 (dois) anos;

§ 1º. Fica vedado aos beneficiários, com a presente lei, a construir no imóvel, benfeitorias para fins de locação ou para fim não especificado no projeto apresentado.

§ 2º. Para efeito de concessão do incentivo econômico contido no inciso IV do artigo 6º, a empresa deverá gerar no mínimo 50 (cinquenta) empregos diretos. “

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se às disposições em contrário.

Meleiro, 20 de outubro de 2010.

JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
 JAIRO LUIZ CANELA
 Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 300/2010

PORTARIA n.º 300/2010
 TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79 inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias a servidora pública municipal SONIR BORDIGNON SCARABELOTTI, ocupante do cargo de Professora, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 02 de abril de 2005 a 31 de março de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

com seus efeitos a partir de 20/10/2010.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Outubro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1413/2010

LEI Nº 1413/2010

Dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Morro da Fumaça, disciplinado até aqui pela Lei Municipal Nº 823, de 21 de Março de 1995, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica instituído, com base na Lei Federal 11.947/09, alterações no Conselho de Alimentação Escolar do Município de Morro da Fumaça, órgão colegiado de caráter deliberativo, permanente, fiscalizador, e de assessoramento para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, criado pelo Governo Federal, para atendimento dos alunos matriculados no ensino básico do Município, disciplinado até aqui pela Lei Municipal nº 823, de 21 de Março de 1995.

Artigo 2º - O Conselho de Alimentação Escolar, será constituído por 07 (sete) membros, com a seguinte composição:

I.01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal;

II. 02 (dois) representantes dentre as entidades de docentes, de discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica;

III. 02 (dois) representantes dos pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica; e

IV. 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos por meio de assembléia específica.

§ 1º - Cada membro titular do Conselho de Alimentação Escolar terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - As indicações a que se referem os incisos II, III e IV deverão ser escolhidas por meio de assembléia específica para tal fim, mediante o registro em ata.

§ 3º - Os membros do Conselho exercerão os seus respectivos mandatos por um período de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º - O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 5º - A nomeação dos membros titulares e suplentes será feita por decreto do Prefeito Municipal, mediante a indicação da classe ou entidade respectiva.

Artigo 3º - A presidência e a vice-presidência do Conselho de Alimentação Escolar somente poderão ser exercidas pelos representantes dos segmentos previstos nos incisos II, III e IV do art. 1º desta Lei.

Parágrafo Único- O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, serão escolhidos entre seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

Art. 4º - São atribuições do Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no art. 2º da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e nas normas complementares editadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

II. acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III. zelar pela qualidade dos alimentos, desde a sua aquisição até a distribuição, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV. receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do programa.

§ 1º - O Conselho de Alimentação Escolar poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os demais conselhos afins, bem como observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 5º - O Conselho de Alimentação Escolar terá seu funcionamento regido pelo Regimento Interno próprio, obedecidas às seguintes normas:

I. plenário como órgão de deliberação máxima;

II. sessões plenárias realizadas ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

III. as sessões serão realizadas com no mínimo 03 (Três) Conselheiros;

IV. publicidade das sessões e das decisões;

V. atribuições do Presidente e dos demais Conselheiros;

VI. substituição do Presidente, em hipótese de falta ou impedimento, pelo Conselheiro mais votado;

VII. tomada de decisões por votação nominal e maioria absoluta, tendo cada membro do Conselho de Alimentação Escolar direito a um único voto, cabendo o Presidente o voto de desempate;

VIII. decisões substanciadas em resoluções e registro em ata, devidamente publicadas;

IX. exclusão e substituição dos membros do Conselho de

Alimentação Escolar pelos respectivos suplentes em caso de falta injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do Departamento de Alimentação Escolar prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 7º - O Conselho de Alimentação Escolar deverá rever e aprovar o regimento Interno até 02 (dois) meses após a sua instalação.

Art. 8º - Enquanto não aprovado o Regimento Interno, o Conselho de Alimentação Escolar deliberará por maioria simples e será presidido por membro eleito provisoriamente entre seus pares.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 823, de 21 de Março de 1995 e Lei nº 987, 29 de Agosto de 2000.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Outubro de 2010
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 674/2010

Portaria nº 674/2010
Constitui Comissão para Alteração Plano Diretor Participativo do Município.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VII, XII e XXIX, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e pelo inciso II, do artigo 310, da Lei Complementar Municipal nº 266/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para Alteração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, encarregada de promover pareceres, relatórios, reuniões, audiência(s) pública(s) no intuito de adequar o Plano Diretor Participativo à realidade topográfica conduzindo a um melhor aproveitamento do solo.

Art. 2º - Designar como membros da Comissão, Moisés Cipriani, como Presidente; Hémeron Cadore, como Coordenador Técnico; Onildo Dalbosco Júnior, como Consultor Técnico; Jucelino Marino Chini e Fabiano Alex Berghahn, como membros, e; Wellington da Silva, como Secretário.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é até 17 de dezembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de outubro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº594

PORTARIA Nº 594/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 184/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 144/2010, o senhor Valentin Camilo Casett, matrícula funcional nº. 4275, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, cujo objeto do contrato é a contratação de empresa para edificação em alvenaria, tipo torre, para fins de instalação de sino ao lado da Capela Mortuária, localizada no Cemitério Municipal de Nova Trento/SC.

Art. 2º - Atribui ao senhor Valentin Camilo Casett anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 01 de outubro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de outubro de 2010
MOISÉS CIPRIANI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 676/2010

PORTARIA Nº 676/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 187/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 187/2010, o senhor Godofredo Luiz Tonini, matrícula funcional nº 3064, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, cujo objeto do contrato é a contratação de empresa para ampliação na edificação em alvenaria da Unidade Básica de Saúde denominada Madre Paulina, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 194, Centro do Município de Nova Trento/SC, em dois pavimentos, com área total a ser construída de 103,00 m².

Art. 2º - Atribui ao senhor Godofredo Luiz Tonini anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 19 de outubro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de outubro de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário de Administração e Finanças

Termo de Retificação - Dispensa de Licitação 038/2010

TERMO DE RETIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 038/2010

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, vem através deste RETIFICAR O VALOR DO CONTRATO do Edital nº 115/2010 - Dispensa de Licitação nº 038/2010, cujo objeto do Contrato é a Locação de sala, no prédio hospitalar, de propriedade do Contratante, nas dependências do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, sito à Rua: Floriano Peixoto, nº151, centro, na cidade de Nova Trento/SC, que tem por finalidade única e exclusiva a Prestação de Serviços Médicos a pacientes em regime de internação para cirurgia e atendimento a obstetrícia, inclusive emergências na área obstetrícia, após análise de médico plantonista de acordo com os princípios e normas da OMS (organização Mundial de Saúde), do Conselho Federal e Regional de Medicina, do Estatuto e Regimento do Hospital e Corpo Clínico. Fazendo-se constar corretamente o seguinte valor do contrato: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais preço final do contrato. As demais cláusulas do presente edital permanecem inalteráveis.

Nova Trento/SC, 19 de outubro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito de Nova Trento

Audiência Pública Nº 001/2010

Edital de convocação para audiência pública nº 001/2010
Proposta de alteração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento/SC – Lei Complementar Municipal nº 266/2009
Atendendo ao disposto na Seção III (Das Audiências Públicas), o Executivo municipal de Nova Trento/SC, no uso de suas atribuições

conferidas por Lei¹, por meio do presente instrumento, CONVOCA toda a população Neotrentina, bem como as associações representativas de segmentos da comunidade, para, querendo, participarem de Audiência Pública que será realizada na data de 08 de novembro do corrente ano de 2010, às 19h30min, seguindo as especificações seguintes:

1. do objeto:

A presente Audiência Pública, aberta a qualquer interessado, tem por objeto colher subsídios, informações e sugestões adicionais ao relatório conclusivo de propostas de alteração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, Lei Complementar nº 266/2009, considerando que participação da Sociedade Civil constitui elemento fundamental no processo, assegurando transparência e promovendo ganho qualitativo na sua definição.

1.1. Das propostas de alteração que compõem a pauta de audiência, (conforme relatório conclusivo firmado pelos membros da comissão instituída pela Portaria nº 674/2010, de 18 de outubro de 2010, em conjunto com profissionais da construção civil com área de atuação no âmbito do Município de Nova Trento):

1.1.1. Anexo 1 – Tabela de Parâmetros Urbanísticos para Ocupação do Solo.

a) Coeficiente de Aproveitamento Mínimo – Zonas: ZUC; ZUCON; ZEIC; AEIS: alterar de 0,2 para 0,01, mantendo-se a observação (d);

b) Recuo Lateral / Fundos – Zonas: ZUC; ZUCON; ZEIC; ZOR; ZQUI; ZQUII: alterar de 1,5 + h/18, para 1,5 m;

c) Modificar a observação (f) – Zonas: ZUC; ZUCON; ZOR; ZQUI; ZQUII: “Os dois primeiros pavimentos poderão ser construídos sem recuos laterais e de fundos, quando sem aberturas, sem prejuízo da utilização de vãos de ventilação e iluminação, também nos demais pavimentos.”

1 Lei Orgânica Municipal:

Art. 62. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

[...]

IV - organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

[...]

Art. 94. Ao Prefeito compete privativamente:

[...]

XXIX - elaborar o Plano Diretor;

[...]

Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento/SC, Lei Complementar Municipal nº 266/2009:

[...]

Art. 309. As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do inciso I do parágrafo 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais, o Poder Executivo e o Poder Legislativo de Nova Trento;

II - informar, colher subsídios e promover debates sobre a aplicação e revisão do Plano Diretor, além de demais temas de interesse do Município, envolvendo a população e as associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito constitucional de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

c) entidades de classe;

d) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não governamentais.

Art. 310. As Audiências Públicas referentes a matérias contidas no Plano Diretor do Município, ou que dele sejam derivadas:

[...]

II - serão conduzidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, conforme a fase do processo em que se encontre.

[...]

d) Recuo Lateral / Fundos – Zonas: ZVPN“N”; ZVPN“S”; ZEIC: manter 1,5 m – Excluir a observação (c).

e) Alterar o tipo de uso para área Residencial e Misto – Zona: ZI, com as seguintes especificações:

Índices urbanísticos para Residencial e Misto:

Número de pavimentos: 04;

Coefficiente de aprov. Mínimo: 0,01;

Coefficiente de aprov. Básico: 1,00;

Coefficiente de aprov. Mínimo: 3,00;

Taxa de Ocupação Máxima: 85 %;

Taxa de Permeabilidade: 15 %;

Afastamento frontal: 4,00 m (Residencial) / 6,00 m (Não Residencial) / 6,00 m (Misto);

Afastamento lateral/fundos: 1,50 m;

Terreno mínimo: 240,00 m²;

Testada mínima: 12,00 m.

f) Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEICSIL): Alterar a nomenclatura de AEICSIL para AEIICS.

g) Zona Industrial Claraíba (ZIC): Uso: Não Residencial: alterar para Uso RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL, retirar item (h).

h) Na Zona de Uso Limitado Claraíba (ZULC); Zona de Expansão Urbana de Claraíba (ZEUC); Zona de Consolidação Urbana do Tirol (ZCUT): Alterar recuo frontal para 3,50 metros para uso Residencial e 5,00 metros para uso Comercial e industrial e misto.

i) Zona Industrial Futura (ZIF):

Uso: Não Residencial: alterar para Uso RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL, retirar item (h).

Recuo Frontal: alterar para 3,50 m quando de uso residencial e 5,00 m quando utilizado para estacionamento.

j) Alterar a metragem mínima exigida para o parcelamento do solo (tamanho mínimo do lote), substituindo-se a metragem mínima de 360,00m² por 240,00m², em cada zona respectiva.

1.1.2. Alteração da largura mínima exigida para os passeios de vias públicas locais (art. 180) e do Anexo 9: Perfis das Vias Urbanas, constantes do Plano Diretor Participativo.

a) Alterar a largura mínima exigida para os passeios de vias públicas locais, previsto no art. 180, do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, Lei Complementar Municipal nº 266/2009, de: 2,00m de largura, com pavimentação contínua de 1,50m, para 1,50m de largura, com pavimentação contínua de 1,00m.

b) Alterar o Anexo 9: Perfis das Vias Urbanas, constante do Plano Diretor Participativo para: a) passeios 1,50m; b) pista de rolamento: 8,00m;

Obs.: Deverão ser consideradas as disposições do Código de Zoneamento Municipal, Lei nº 1.036/2000 quanto à matéria (art. 28).

2. da metodologia da audiência:

2.1. Inscrição e participação dos interessados:

2.1.1. A audiência é aberta a todos os interessados, que deverão assinar lista de presença e poderão participar na qualidade de colaborador, apresentando sugestões por escrito, em formulário próprio distribuído no local da audiência, devendo ser entregue pelo interessado em até 15 minutos após o término da exposição;

2.1.2. As perguntas serão respondidas pelo expositor ou qualquer dos integrantes da mesa;

2.1.3. As informações e sugestões adicionais serão consideradas e apensadas à Ata de Conclusão dos Trabalhos e, consequentemente, ao Projeto de Lei Complementar que será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores.

3. dos PROCEDIMENTOS:

3.1. Solenidade de Abertura: A audiência pública terá início com a formação da Mesa Diretora, no local, data e horário previstos, a qual será composta pelos Membros da Comissão instituída pela Portaria Municipal nº 674/2010, de 18 outubro de 2.010, sendo:

3.1.1. Presidente: Moisés Cipriani;

3.1.2. Coordenador Técnico: Hémerison Cadore;

3.1.3. Consultor Técnico: Onildo Dalbosco Júnior;

3.1.4. Membro: Jucelino Marino Chini;

3.1.5. Membro: Fabiano Alex Berghahn;

3.1.6. Secretário: Wellington da Silva;

3.2. Exposição Técnica: Trata-se de exposição apresentada por membro da Mesa Diretora a fim de esclarecer o objeto da Audiência Pública, expor as propostas de alteração e responder a questionamentos;

3.3. Questionamentos: Após a apresentação realizada pelo expositor designado pelo Presidente da Mesa, será dado prosseguimento aos trabalhos pela Mesa Diretora, respondendo aos questionamentos que forem encaminhados por escrito;

3.4. Duração da Audiência: A Audiência Pública poderá ter o encerramento prorrogado ou antecipado. Os casos omissos nesse regulamento poderão ser dirimidos, na oportunidade, pela Mesa Diretora;

3.5. Encerramento: O encerramento da Audiência Pública será efetuado pelo Presidente da Mesa Diretora, que confeccionará a Ata dos trabalhos.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de outubro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº58/2010

D E C R E T O Nº. 58/2010

Regulamenta a concessão do Alvará para o Comércio ambulante na Praia da Guarda e da outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Paulo Lopes, observado o disposto na Lei Complementar Nº 956, de 17 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1 - O comercio ambulante na PRAIA DA GUARDA em PAULO LOPES, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2 - Para fins deste Decreto, Comércio ambulante é o exercício por pessoa física da atividade comercial durante a temporada de verão, na praia da Guarda em Paulo Lopes, através de:

I. Carrinho de sorvete e picolé com tração humana;

II. Tendas ou barracas removíveis, para venda de milho verde, coco, suco de frutas naturais, água, refrigerante e cerveja em lata;

III. Prestação de aluguel de cadeira e guarda-sol;

IV. Outros, exceto refeições ou porções de refeições, excetuados a preparação e cozimento de comida para refeição completa.

§ 1º - Tratando-se de tenda ou barraca, o interessado apresentará com o requerimento o modelo desenhado, mesmo que em croqui, para análise do competente do município.

§ 2º - A tenda ou barraca deverá ser instalada a partir do final de vegetação início da areia.

Art. 3 - O numero de vagas para o exercício do comercio ambulante será de 20 (vinte) vagas no total, sendo que 15 (quinze) delas serão destinadas aos ambulantes moradores fixos na Guarda do Embaú, filiados a associação e outras 5 (cinco) destinados aos demais interessados.

Parágrafo Único - Havendo demanda para o aumento do numero



de ambulantes, novas vagas, deverão ser abertas, ouvindo-se a Associação de Barqueiros da Guarda do Embaú.

Art. 4 - Restrito a pessoa física, o interessado ou cônjuge deve se inscrever através de preenchimento da Ficha de Inscrição e Protocolo (Anexo) a este decreto.

Art. 5 - O exercício do comércio ambulante de que se trata este Decreto será autorizado mediante Alvará com validade de 01(um) ano.

Parágrafo Único - O valor da taxa para expedição do alvará será de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) pago em parcela única no ato da inscrição.

Art. 6 - Tanto os 15 (quinze) ambulantes filiados a associação, quanto os demais, deverão inscrever-se na Secretaria de Finanças - Setor de Tributação, protocolando a ficha de inscrição a que se refere o art. 5º deste Decreto, no período de 09 à 22 de Dezembro de 2010 e do dia 03 à 21 de janeiro de 2011, das 13:00 às 19:00 horas, oportunidade em que lhe será conferido comprovante de recebimento e o número de inscrição para a atividade que requer.

Art. 7 - Na ficha de Inscrição e Protocolo o interessado anexará:

- I. Cópia do CPF;
- II. Cópia da Carteira de Identidade;
- III. Atestado de saúde;
- IV. Atestado de antecedentes criminais (folha corrida da comarca e delegacia onde residiu os últimos dois anos).

Art. 8 - O critério de classificação para as 05 (cinco) vagas a que se refere o art. 3º deste decreto será por ordem de inscrição.

Art. 9 - Em nenhuma hipótese será concedido alvará em quantidade superior ao de numero de vagas estipulado, salvo se o numero for aumentado na forma do disposto no art. 3º § único.

Art. 10 - são obrigações dos autorizatários do comércio ambulante na praia da Guarda:

- I. Manter a área em torno do seu ponto de venda em permanente estado de asseio e limpeza utilizando sexto de lixo e sacos para armazenagem de detritos;
- II. Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança, os períodos de funcionamento pré- destinados, e adequar-se a atividade;
- III. É obrigatório a remoção de carrinhos , tendas e outros objetos ao término do trabalho diário;
- IV. Somente poderá operar pessoa física autorizada, sendo vedada a locação, sublocação ou venda;
- V. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com 30 centímetros de altura);
- VI. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará a perda imediata da autorização de licença.
- VII. A venda de produtos não autorizados serão consideradas infrações sanitária gravíssima
- VIII. Somente será permitido utilização de utensílios (copos, pratos) de material descartável;
- IX. Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos);
- X. O atestado de saúde deverá estar a disposição da Divisão da vigilância Sanitária no local do funcionamento.

Art. 11 - O comercio de que se trata este Decreto, ficará sujeito a Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

Art. 12 - Os manipuladores de alimentos deverão atender as normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos de Saúde Federal, Estadual e Municipal.

Art. 13 - Fica reservado ao município em comum acordo direito de anular ou revogar no todo ou em parte autorização, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que caiba aos autorizatários direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Art. 14 - Somente poderá iniciar atividade, o autorizatário que estiver em seu poder o devido Alvará de licença e tiver recolhido a Fazenda Municipal as taxas referentes ao comércio ambulante e taxa de licença de Utilização do logradouro público previsto no código Tributário.

Art. 15 - O autorizatário que ferir este Decreto ou as Posturas Municipais, além de ter imediatamente cassadas a licença fica impedido de exercer a atividade em outras temporadas.

Art. 16 - fica a associação responsável pela manutenção e administração da praia.

Art. 17 - Ficam proibidos:

I - Atividades de alugar pranchas, jet sky, banana boat e de outros equipamentos que ponham risco a saúde e vida dos banhista tanto na orla quanto no rio.

Art. 18 - Fica delegada a competência do Secretario Municipal de Finanças e a diretoria da Associação pra resolver as omissões e os problemas oriundos da execução deste Decreto.

Art. 19 - Fica criada a comissão de Seleção Disciplina e Manutenção da Praia de Paulo Lopes , composta de 5 (cinco) membros, sendo:

- I. Três do poder publico;
- II. Dois representantes da Associação dos Barqueiros da Guarda do Embaú.

§ 1º - São objetivos da Comissão:

- I. Selecionar os ambulantes que pretendem exercer atividade comercial de praia, indicando os candidatos para requerem licença;
- II. Acompanhar, fiscalizar e exigir o cumprimento das obrigações assumidas pelos autorizatarios fixadas no art. 10 deste Decreto;
- III. Denunciar ao Poder Público Municipal, Estadual e Federal toda e qualquer infração praticada por autorizatários no exercício de suas atividades.
- IV. Propor a cassação do ALVARÁ para exercer a atividade de ambulante na Praia de Paulo Lopes.
- V. Apresentar sugestões ao Poder publico Municipal para solucionar problemas que surjam durante a temporada de verão quanto a segurança, higiene, comércio ambulante e limpeza da praia .

§2º Um dos representantes do município presidirá a Comissão e as decisões desta serão por maioria absoluta e registradas em ata, por convocação de qualquer de seus integrantes.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 19 de outubro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração, 21 de outubro de 2010.
GILDO ARCELINO DE SOUZA
Sec. Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 193 de 06 de JUNHO de 2010.

PORTARIA Nº. 193 DE 06 DE JUNHO DE 2010 DE 2010.

EXONERA SOLANGE DE FATIMA SCARABOTO BONADIMAN DA FUNÇÃO EM CARATER TEMPORÁRIO DE SERVENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, e art. 198, § 4º, ambos da Constituição Federal de 1988, no art. 17, § 8º, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município; e no disposto na Lei Municipal nº. 795, de 09 de janeiro de 1997, que regulamenta a contratação de servidores em caráter temporário, regulamentada pelo Decreto 2.673/06; de acordo com o processo seletivo 002/2010.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 01 de março de 2010, SOLANGE DE FATIMA SCARABOTO BONADIMAN, brasileira, casada, do lar, da função em caráter temporário de Servente, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 09 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 251 de 27 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 251 DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, PAULA FRITSEN DA SILVA DA FUNÇÃO EM CARATER TEMPORÁRIO DE ATENDENTE DE BIBLIOTECA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, e art. 198, § 4º, ambos da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município; e no disposto na Lei Municipal nº. 795, de 09 de janeiro de 1997, que regulamenta a contratação de servidores em caráter temporário, regulamentada pelo Decreto 2.673/06, processo seletivo 002.2010;

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, PAULA FRITZEN DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no nº. 069.408.229-50, residente e domiciliada a Rua Pe. Trudo Plessers, Centro, Pinheiro Preto-SC, da função em caráter temporário de Atendente de Biblioteca, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cultura e Esportes, com carga horária de 40 hs. semanais, a partir de 01 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 27 de setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 194 de 09 de JUNHO de 2010.

PORTARIA Nº. 194 DE 09 DE JUNHO DE 2010.

CONTRATA OLIVETE VESCOVI DALL'BOSCO PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em

vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto na Lei Complementar Municipal nº 115/2004 e 117/2005 de 22 de junho de 2004 e 15 de março de 2005 respectivamente, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR OLIVETE VESCOVI DALL'BOSCO, para exercer o cargo de PROFESSORA ACT-II, Lotada na Secretaria de Educação, cultura e Esportes, Setor de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, e vencimento correspondente ao cargo de professor ACT-02, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Professores Admitidos em Caráter Temporário, com início em 10 de junho de 2010 e termino com o fim do calendário escolar.

Centro Administrativo Municipal, 09 de junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 195 de 09 de JUNHO de 2010.

PORTARIA Nº. 195 DE 09 DE JUNHO DE 2010.

CONTRATA ALINE PINHEIRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto na Lei Complementar Municipal nº 115/2004 e 117/2005 de 22 de junho de 2004 e 15 de março de 2005 respectivamente, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR ALINE PINHEIRO, para exercer a função temporária de PROFESSORA ACT-I, Lotada na Secretaria de Educação, cultura e Esportes, Setor de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, e vencimento correspondente ao cargo de professor ACT-01, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Professores Admitidos em Caráter Temporário, com início em 17 de junho de 2010 e termino com o fim do calendário escolar.

Centro Administrativo Municipal, 09 de junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 239 de 01 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 239 DE 01 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ENFERMEIRA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO ocupante do cargo efetivo de enfermeira gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o gozo de 09 de setembro a 08 de outubro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 01 de setembro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 240 de 22 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 240 DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR GUIDO PEDRO ANTES OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GUIDO PEDRO ANTES ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator de Agrícola gozo de 60 dias de LICENÇA PREMIO, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, sendo o período de gozo de 01 de setembro a 30 de outubro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 01 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 241 de 01 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 241 DE 01 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANE RABUSKE OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIANE RABUSKE ocupante da função temporária de Técnica em Enfermagem gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2008/2009 sendo o gozo de 13 de setembro a 12 de outubro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 01 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 242 de 01 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 242 DE 01 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ESTELA MARI DE COSTA DENARDI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICA EM RECURSOS HUMANOS.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ESTELA MARI DE COSTA DENARDI ocupante do cargo efetivo de Técnica em Recursos humanos gozo de 30 dias de Licença para tratamento de saúde, conforme Lei complementar 016/92, com base em atestado médico apresentado sendo o período de gozo de 08 a 30 de setembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 01 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 243 de 01 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 243 DE 01 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM

PESSOA DA FAMILIA A SERVIDORA ENAIDE PEREIRA DE COSTA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICA EM RECURSOS HUMANOS.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ENAIDE PEREIRA DE COSTA ocupante do cargo efetivo de Técnica em Recursos humanos gozo de 30 dias de Licença para tratamento de saúde em pessoa da Família, conforme Lei complementar 016/92, com base em atestado médico apresentado sendo o período de gozo de 03 de agosto a 03 de setembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 01 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 247 de 09 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 247 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SHEILA BARONCELLO OCUPANTE DO CARGO ASSISTENTE DE GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SHEILA BARONCELLO ocupante do cargo em comissão de Assistente de Gabinete do Executivo Municipal, gozo de 15 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o gozo de 23 de agosto a 06 setembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 09 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 252 de 27 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 252 DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR ERIO PARTYKA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM CADASTRO E TRIBUTAÇÃO.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ERIO PARTYKA ocupante do cargo efetivo de Técnico em Cadastro e Tributação gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2008/2009 sendo o período de gozo de 22 de setembro a 21 outubro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 27 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 253 de 27 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 253 DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR CLAUDIR ZANELLA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TESOUREIRO

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CLAUDIR ZANELLA ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2008/2009, sendo o período de gozo de 04 de outubro a 02 de novembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 27 de setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 254 de 27 de SETEMBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 254 DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EDENILSON CARELLI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor EDENILSON CARELLI ocupante do cargo efetivo de Motorista gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o período de gozo de 01 a 30 de outubro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 27 de setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 263 de 08 de OUTUBRO de 2010.

PORTARIA Nº. 263 DE 08 DE OUTUBRO DE 2010.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SHEILA BARONCELLO OCUPANTE DO CARGO ASSISTENTE DE GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SHEILA BARONCELLO ocupante do cargo em comissão de Assistente de Gabinete do Executivo Municipal, gozo de 15 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o gozo 15 a 29 de outubro de 2010

Centro Administrativo Municipal, 08 de outubro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 263 de 08 de OUTUBRO DE 2010.

PORTARIA Nº. 263 DE 08 DE OUTUBRO DE 2010.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR NILSON ZANELLA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TESOUREIRO

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor NILSON ZANELLA ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente

ao período aquisitivo de 2009/2010, sendo o período de gozo de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 08 de outubro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 1.854/2010

LEI Nº 1.854/2010

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Porto Belo, para o exercício de 2011 e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Porto Belo, relativo ao exercício financeiro de 2011, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64 e a Lei Complementar 101 de 04/05/00, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública do Município de Porto Belo;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais, e

VII - disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2011, são as especificadas, no Anexo de Metas e prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual 2010/2013.

§ 1º As metas e prioridades constantes da presente Lei farão obrigatoriamente, parte integrante do Plano Plurianual do Município para o período de 2010 a 2013.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita

estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e Organização do Orçamento

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do artigo 2º e § 2º do artigo 8º, ambos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos, atividades ou operações especiais e quanto à natureza categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e a Receita por rubrica em cada unidade gestora.

Parágrafo Único. Os fundos municipais e fundações integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos.

Art. 5º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, dos Fundos Especiais e Fundações.

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 7º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituído de:

I - texto de lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta;
- b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- d) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- f) a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta;

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá:

I - análise da conjuntura econômica do Município;

II - demonstração explicitando receitas e despesas, bem como o resultado primário implícitos no projeto de Lei Orçamentária para 2011, os estimados para 2010 e os observados em 2009;

III - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, previsão para 2010, 2011, 2012 e 2013, com justificativa da estimativa para 2011, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

IV - Quadro demonstrativo da evolução da Despesa dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, fixada para 2010, estimada para 2011 e projetada para 2012 e 2013, com justificativa para os valores estimados para 2011;

V - Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/2009.

VI - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2011;

VII - Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2008, 2009, 2010 e 2011, despesas com pessoal para o mesmo período e percentual de comprometimento;

VIII - Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

IX - Quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde;

X - Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XI - Demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

XII - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

Art. 8º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III**Das Diretrizes Para Elaboração do Orçamento do Município e suas Alterações****Seção I****Das Diretrizes Gerais**

Art. 9º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2011 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A-CF (Emenda Constitucional nº 58/2009).

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios encerrados.

§ 1º. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14. Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;

IV - redução dos investimentos programados.

Art. 16. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 17. É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de educação, cultura, assistência, recreação, saúde e esporte.

Art. 18. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

Art. 19. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2011, a 30% (trinta por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2010.

Art. 20. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

Parágrafo único. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2011 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no mínimo 0,20% (dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçados ou orçadas a menor.

Art. 22. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 23. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de

dotações orçamentárias;

III - o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV - os Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos e Prestação de Contas, serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 24. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se for assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º Os recursos oriundos de operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar por ato do chefe do Poder Executivo ou o crédito especial com autorização Legislativa.

Art. 25. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2011, são constantes do Anexo próprio desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 26. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo.

Art. 27. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 28. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidos pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 29. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçados para 2011 a preços correntes.

Art. 30. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (Quarenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

V - As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas para atender às necessidades de execução do orçamento por decreto do Poder Executivo.

Art. 31. Durante a execução orçamentária de 2011 o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos anexos próprios desta Lei e alterações posteriores.

Art. 32. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2011, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas À Dívida Pública Municipal

Art. 33. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2011, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 34. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 35. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com o Pessoal e Encargos Sociais

Art. 36. O Poder Legislativo e o Poder Executivo no âmbito de suas respectivas competências, deverão anualmente, conceder reposição salarial de garantia constitucional, e poderão conceder vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração municipal, mediante a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º As alterações do quadro de cargos permanentes da Prefeitura, nas quantidades legalmente fixados somente serão possíveis nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2010 ou no decorrer de 2011, respeitando-se os requisitos para preenchimento;

§ 2º Serão fixadas na lei orçamentária anual, despesas com pessoal para programas de formação de mão de obra, treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem, provas, concursos, tendo em vista as disposições legais e promoção, no âmbito do Município.

Art. 37. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,70% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 38. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites

estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, através da:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal.", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 41. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Sobre Alteração Da Legislação Tributária

Art. 42. O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 45. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 46. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na

comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 47. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 48. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 49. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência e previdência.

Art. 50. O montante das despesas não deverá ser superior as das receitas.

Art. 51. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e educação infantil e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação - FUNDEB obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 53/2006 e Legislação específica.

Art. 52. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada, acrescida dos fundos especiais, fundações e outros criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 53. O Executivo Municipal enviará até o dia 31/10/2010, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2010, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros

pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 55. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de outubro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Decreto Nº 837/2010

DECRETO Nº 837/2010

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, autorizado pela Lei Municipal nº 1.850, de 15 de outubro de 2010, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 250.380,00 (Duzentos e cinquenta mil, trezentos e oitenta reais), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 - Secretaria da Fazenda
Unidade: 01 - Secretaria da Fazenda
Função: 04 - Administração
Sufunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 0003 - Administração e Planejamento
Projeto: 1.034 - Execução do Programa de Modernização da Administração Tributária
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 552 (0.1.0083) - Recursos: Operação de Crédito - PMAT: Programa Modernização da Administração Tributária
Valor: R\$ 250.380,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente na mesma importância:

Órgão: 04 - Secretaria da Fazenda
Unidade: 01 - Secretaria da Fazenda
Função: 04 - Administração
Sufunção: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração e Planejamento
Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 552 (0.1.0083) - Recursos: Operação de Crédito - PMAT: Programa Modernização da Administração Tributária
Valor: R\$ 250.380,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de outubro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.812/10

LEI Nº 3.812, de 18 de outubro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Organização Pró-Desenvolvimento Integrado e Sustentável - Ong Araucária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Organização Pró-Desenvolvimento Integrado e Sustentável - Ong Araucária, entidade sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 05.595.980/0001-88, com sede e foro em Balneário Camboriú - SC.

Parágrafo único. O referido Programa é desenvolvido pelo Ministério do Turismo no Plano Nacional do Turismo 2007-2010, e ordenado pela Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina.

Art. 2º O objetivo constante do caput do artigo anterior é desenvolver a inventariação da oferta turística do município, com recursos alocados do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do FUNTURISMO que repassará recursos para o Projeto Turismo Ferroviário, sob a execução da ONG ARAUCÁRIA.

Art. 3º O Projeto não terá custo para o município de Porto União, a não ser disponibilizar meios para execução da inventariação e repasse de informações necessárias para realização do mesmo.

Art. 4º O período de vigência do Convênio será de 02 (dois) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Decreto Nº 476/10

DECRETO Nº 476, de 06 de outubro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e

3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ÓRGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 - Manutenção Educação Infantil		
ELEMENTO	319113-113 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçament.	21	10.000,00
ELEMENTO	339030-104 - Material de Consumo	23	20.000,00
ATIVIDADE	2014 - Manutenção Ensino Fundamental		
ELEMENTO	319113-113 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçament.	60	10.000,00
ELEMENTO	339030-104 - Material de Consumo	62	10.000,00
ELEMENTO	339039-104 - Outros Servs. de Terceiros - Pessoa Jurídica	65	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação das fontes 104 - 25% dos impostos e 113 - 40% do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Convênio Nº 031/10

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ORGANIZAÇÃO PRÓ-DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTEN-
TÁVEL - ONG ARAUCÁRIA

CONVÊNIO Nº 031/10

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Organização Pró-Desenvolvimento Integrado e Sustentável - Ong Araucária.

Por este instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO STASIAK, brasileiro, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Sete de Setembro, 570, portador do RG nº 581.440 - SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado MUNICÍPIO e a ONG ARAUCÁRIA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 05.595.980/0001-88, com sede na Rua 2000, Balneário Camboriú, SC, representada pela Presidente ALESSANDRA SANTOS DOS SANTOS, portadora do RG nº 5.989.918 e do CPF nº 974.697.180-87, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.812, de 18 de outubro de 2010, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO DE CONVÊNIO com o objetivo de desenvolver a inventariação da oferta turística do município, com recursos alocados do Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio do FUNTURISMO - Fundo de Turismo, que repassa recurso neste momento para o Projeto Turismo Ferroviário, sob a execução da ONG ARAUCÁRIA, desenvolvimento da política do Macro Programa de Regionalização do Turismo INVTUR - Inventário da Oferta

Turística, desenvolvido pelo Ministério do Turismo no Plano Nacional de Turismo 2007-2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGACÕES DO MUNICÍPIO

I- auxiliar as equipes de trabalho para a execução da inventariação, repassando as informações necessárias para a realização do mesmo;

II- disponibilizar dois automóveis para a equipe de trabalho no deslocamento dentro do município e no deslocamento até o município vizinho;

III- realizar a impressão dos formulários de inventariação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O projeto não terá custo para o município além dos itens listados na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste TERMO DE CONVÊNIO é de 02 (dois meses) a partir da data da assinatura deste, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2010.

Prefeito Municipal Alessandra Santos dos Santos
Presidente da Entidade ONG Araucária

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1431/10

DECRETO Nº 1.431, de 04 de outubro de 2010.
"NOMEIA MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeado para compor a Equipe de Apoio, nomeada pelo Decreto nº 1049 de 29 de dezembro de 2009, LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, matrícula 33065/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, em substituição a Diovana May Machado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO Prefeito Municipal
04 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1432/10

DECRETO Nº 1.432, de 04 de outubro de 2010.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2010-REGISTRO DE PREÇOS-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 050 de 20/09/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCR.INFORM.E PAP.LTDA e DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
04 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.432/2010

Pregão Presencial nº 050/10 de 20.09.2010-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 121 (cento e vinte e um) itens de material de papelaria, expediente e suprimentos de informática para atender necessidades da Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCR.INFORM.E PAP.LTDA , DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME e ESCRIMATE COM. DE MATERIAIS DE ESCRITORIO INF.LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCR.INFORM.E PAP. LTDA nos itens 010,014,016,018,019,028,029,057,058,060,069,072,074,081 e 121 e DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME nos itens 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 011, 012, 013, 015, 017, 020, 021,022, 023, 024, 025, 026,027,030,031,032,033,034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044,045,046,047, 048,049,050,051,052,053, 054, 055, 056, 059, 061, 062, 063,064,065,066,067,068,070,071,073,075,076,077,078, 079, 080, 082, 083, 084,085,086,087,088,089,090,091,092,093,094,095,096,097, 098, 099, 100, 101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,114,115,116,117, 118,119 e 120.

Decreto Nº 1439/10

DECRETO Nº 1.439, de 07 de outubro de 2010.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2010-REGISTRO DE PREÇOS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 104 de 24/09/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA e TRATOR PEÇAS COM.DE PEÇAS P/TRATOR LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
07 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.439/2010

Pregão Presencial nº 104/10 de 24.09.2010

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 16 (dezesseis) lâminas, dentes, unhas e suportes para reposição em equipamentos da Sec. De Obras.

Preço: por item

Participantes: RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA e TRATOR PEÇAS COM.DE PEÇAS P/TRATOR LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA nos itens 001,002,004,005,007,012,013,014,015 e 016 e TRATOR PEÇAS COM.DE PEÇAS P/TRATOR LTDA nos itens 003,006,008,009,010 e 011

Decreto Nº 1441/10

DECRETO Nº 1.441, de 08 de outubro de 2010.

\"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À JOEL MACHADO DA SILVA E CIA.LTDA-ME.\"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido no artigo 5º, VI, da Lei Municipal nº 4.201/2005, alterada pela Lei Municipal nº 4.541/07,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à JOEL MACHADO DA SILVA E CIA.LTDA-ME, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo Geral nº 122375/2010, incentivo econômico na forma que segue:

- Concede 74 (setenta e quatro) horas de máquina e 7.500m³ de aterro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
08 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR
Secretário Municipal de Des. Econômico e Empreendedorismo
Vlrm

Decreto Nº 1442/10

DECRETO Nº 1.442, de 08 de outubro de 2010.

\"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À INDULTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME.\"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido no artigo 5º, VI, da Lei Municipal nº 4.201/2005, alterada pela Lei Municipal nº 4.541/07,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à INDULTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo Geral nº 122118/2010, incentivo econômico na forma que segue:

- Concede 74 (setenta e quatro) horas de máquina e 7.500m³ de aterro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
08 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR
Secretário Municipal de Des. Econômico e Empreendedorismo
Vlrm

Decreto Nº 1443/10

DECRETO Nº 1.443, de 08 de outubro de 2010.

\"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À PERFIL ETIQUETAS LTDA-ME.\"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido no artigo 5º, VI, da Lei Municipal nº 4.201/2005 alterada pela Lei Municipal nº 4.541/07,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à PERFIL ETIQUETAS LTDA-ME, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo Geral nº 121985/2010, incentivo econômico na forma que segue:

- Limpeza do terreno e 50% (cinquenta por cento) da mão de obra em colocação de tubos e aterro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
08 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR
Secretário Municipal de Des. Econômico e Empreendedorismo
Vlrm

Decreto Nº 1445/10

DECRETO Nº 1.445, de 11 de outubro de 2010.

\"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2010-FMS-REGISTRO DE PREÇOS.\"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 052 de 28/09/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA, CIRURGICA JAW COM.DE MAT.MED.HOSP.LTDA, LABORATORIOS B.BRAUN LTDA, ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA, STAR-MED ARTIGOS MEDICOS E HOSP.LTDA, ALIANÇA HOSP.LTDA,

COINTER MATERIAL MED.HOSPITALAR LTDA, DIMACI-SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA, PRODUTOS HOSPITALARES MEDBLANC LTDA, MAXIMED SUL COM.DE PROD.MEDICO HOSPITALARES LTDA e MEDICAL PROD. MEDICO-HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
11 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.445/2010

Pregão Presencial nº 052/10 de 28.09.2010-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 227(duzentos e vinte e sete) itens de material médico hospitalar para atender necessidades da Sec. da Saúde.

Preço: por item

Participantes: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA, CIRURGICA JAW COM.DE MAT.MED.HOSP.LTDA, LABORATORIOS B.BRAUN LTDA, ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA, STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSP.LTDA, ALIANÇA HOSP.LTDA, COINTER MATERIAL MED.HOSPITALAR LTDA, DIMACI-SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA, PRODUTOS HOSPITALARES MEDBLANC LTDA, MAXIMED SUL COM.DE PROD. MEDICO HOSPITALARES LTDA e MEDICAL PROD.MEDICO-HOSPITALARES LTDA.

Obs.: Os itens 037,076 e 125 não foram cotados.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA nos itens 008, 011,020,035,038,039,064,066,067,083,084,098,101,102,119,132,134,135,136,137,138,139,140,152,154,156,189,191,192,198,199,200,201,202,203,204,205,206 e 213; DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA nos itens 005,006,031,092,093,095,103,150,215 e 216; CIRURGICA JAW COM.DE MAT. MED.HOSP.LTDA no item 097; LABORATÓRIOS B.BRAUN S.A. nos itens 042,043,044,045,046 e 151; ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA nos itens 004, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 068, 069, 070, 081, 085, 145, 148, 149,157,170,172,180,181,182,183,184,190,221 e 222; STARMED ARTIGOS MEDICOS HOSP.LTDA nos itens 001, 015, 022, 048, 049, 063, 091, 104, 106,107,108,113,114,115,116,117,118,129,141,142,143,144,165 e 219; ALIANÇA HOSP.LTDA nos itens 024,025,027,028,041,060,112,188,193,209,210 e 218; COINTER MAT.MED.HOSP.LTDA nos itens 016, 017, 030, 034, 057, 059, 075, 078,079,080,100,128,131,162,163,207,214,220 e 226; DIMACI-SC MATERIAL CIRURGICO LTDA nos itens 009, 013, 014, 036, 058, 074, 077, 082, 086, 127,153,155,158,159,160,161,164,166,168,169,171,173,175,176,177,178,179,217 e 227; PRODUVALE PROD.HOSPITALARES LTDA nos itens 002,003,007,010,012,021,026,029,032,047,050,061,065,071,072,073,088,099,105,109,110,120,121,123,124,133,147,185,186,187,197,208,211,212,223,224 e 225; PRODUTOS HOSP.MEDBLANC LTDA nos itens 087 e 089; MAXIMED SUL COM.DE PROD.MED. HOSPITALARES LTDA nos itens 018,096 e 126 e MEDICAL PROD.

MEDICO-HOSPITALARES LTDA nos itens 019,023,033,040,062,090,094,111,122,130,146,167,174,194,195 e 196.

Decreto Nº 1450/10

DECRETO Nº 1.450, de 13 de outubro de 2010.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.043, de 13 de outubro de 2010.

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.064.383,43 (um milhão, sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE		
2.052			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		
03.0060	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	R\$	91.791,83
2.117	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		
63.03.0010	Convênios da União / Educação	R\$	4.775,10
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIARIAS		
1.057	Integração do Sistema Viário do Elevado		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		
34.00.00.00	Convenio do Estado / Prefeitura	R\$	336.760,39
1.058	Pavimentação Rua Guanabara		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		
34.00.00.00	Convenio do Estado / Prefeitura	R\$	15.489,85
1.059	Pavimentação Rua Alfredo Swarosky		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		
34.00.00.00	Convenio do Estado / Prefeitura	R\$	37.963,91
1.060	Parque Municipal		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		
34.00.00.00	Convenio do Estado / Prefeitura	R\$	200.498,59
1.019	Pavimentação Fundo Canoas – Vinculado		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		
34.00.00.00	Convenio do Estado / Prefeitura	R\$	289.213,14
1.017	Pavimentação Itoupava/Pres. Getúlio – Vinculado		

4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		
34.00.00.00	Convenio do Estado / Prefeitura	R\$	87.890,62
	TOTAL	R\$	1.064.383,43

Art. 2º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.133.312,84 (um milhão, cento e trinta e três reais, trezentos e doze reais e oitenta e quatro centavos), por conta do Excesso de Arrecadação, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
1.028	Aquisição de ônibus escolares – Caminho da Escola		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0010.54	Aplicações Diretas	R\$	196.020,00
2.058	Transporte Escolar Ensino Fundamental – Estado		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$	204.700,00
09.00	SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO ECON. E EMPREENDEDORISMO		
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.112	Promoção e Realização de Eventos-União		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0010.54	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
1.057	Integração do Sistema Viário do Elevado		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
1059	Pavimentação Rua Alfredo Swarosky		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$	157.592,84
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00.00.00.00.0032	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	1.133.312,84

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
13 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 1453/10

DECRETO Nº 1.453, de 14 de outubro de 2010.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2010-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no

uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 016 de 28/09/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME e TODT COMERCIAL LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
14 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.453/2010

Pregão Presencial nº 016/10 de 28.09.2010-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de 22 (vinte e dois) itens de equipamentos e material permanente para atender necessidades da Sec. da Saúde.

Preço: por item

Participantes: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME e TODT COMERCIAL LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes DIAL DEPARTAMENTOS LTDA-ME nos itens 005,012,013,015,017,018,019,020 e 022 e TODT COMERCIAL LTDA-ME nos itens 001, 002, 003, 004, 006, 007, 008, 009, 010,011,014,016 e 021.

Decreto Nº 1457/10

DECRETO Nº 1.457, de 14 de outubro de 2010.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB os seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

IV- Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:
Ricardo Antonio Costa dos Santos (substituindo Sandra Ap.Della Justina)

Patricia Nicolladelli Gilli (substituindo Luiz Carlos Voltolini)

VII- Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Adriana Thives (substituindo Devanir Nasato Kaestner)
Rosémeri Matiola Schmidt (substituindo Noeli Sorgatto)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
14 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1458/10

DECRETO Nº 1.458, de 15 de outubro de 2010.

“DECLARA INSERVÍVEL BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis os bens móveis do patrimônio público municipal,

1. 01 MOTOCICLETA HONDA CG TITAN 125, Gasolina, Placa MBD- 8974, Chassi 9C2JC30101R177382, Ano 2001, Cor Branca. Valor Avaliação:

2. 01 MOTOCICLETA HONDA CG TITAN 125, Gasolina, Placa MBD-8864, Chassi 9C2JC30101R181196, Ano 2001, Cor Branca. Valor Avaliação:

3. 01 MOTOCICLETA HONDA XR TORNADO 250, Gasolina, Placa MBO-8283, Chassi 9C2MD34002R015207, Ano 2002, Cor Branca. Valor Avaliação:

4. 01 MOTOCICLETA HONDA XR TORNADO 250, Gasolina, Placa MBO-8193, Chassi 9C2MD34002R014644, Ano 2002, Cor Branca. Valor Avaliação:

5. 01 CAMINHÃO GMC 15-190 IMPORTADO, com equipamento de Hidrovácuo, Placa LZQ-7853, Chassi 1GDM7C1JWVJ502334, ANO 1997, RENAVAL 698001672, Cor Branca.

6. 01 CAMINHÃO VOLVO N12, PLATAFORMA, Placa GKZ-8069, Chassi 9BVN2A3D0KE620140, ANO 1989, RENAVAL 215753038, Cor Branca.

7. 01 CAMINHÃO TRATOR MERCEDES BENZ LS1934, Placa MAD-3196, Chassi 9BM350048KB849007, Ano 1989, RENAVAL 559966482, Cor Branca.

8. 01 SEMIREBOQUE BASCULANTE SCHIFFER, Placa MCA-5157, Chassi 9A90209302SAC6647, Ano 2002, RENAVAL 788498878, Cor Branca.

9. 01 AUTOMÓVEL VOLKSWAGEN GOL 1.0, Placa LWZ-2786, Chassi 9BWZZZ30ZSP056298, Ano 1995, RENAVAL 636183343, Cor Branca.

10. 01 RETROESCAVADEIRA CASE 580H, Chassi JHF0007530, Ano 1995.

11. 01 RETROESCAVADEIRA JCB 214-E, 4X4, Chassi 1000242, Ano 2003.

12. 01 COMPRESSOR DE AR Portátil, Mono Rotor 160CFM, Marca Worthington, Ano 1973.

13. Sucatas Diversas de Informática, Mobiliário e Telefonia.

Art. 2º - Ficam nomeados os Senhores Nelson dos Santos, Lino André Fidelis da Silva e Kartson Bremer, para em comissão avaliar os bens declarados inservíveis no artigo anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
15 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Extrato de Inexigibilidade 56/2010 FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 56/2010-FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidades dos servidores desta secretaria.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece “é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

FORNECEDOR:

Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24.

Rio do Sul (SC), 15 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Resultado Fina Processo Seletivo 008/2010

RESULTADO FINAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, no uso de suas atribuições legais, na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 18 da Lei Complementar 098/2003, Lei Complementar 207/2010 e Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital de Processo Seletivo nº 008/2010 e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo citado:

EDUCADOR SOCIAL

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Entrevista	Total	Classificação
			Especialização área	Cursos na área	Experiência na área			
Eduardo Maximiano	3741863	6,65				4,00	10,65	1º
Franciane Guiomara da Silva	4.833.550-9	6,00				4,00	10,00	2º
Gabriela Carla Dalpiaz	4234936	6,35				3,50	9,85	3º
Evelin Samara Tomaz	5888096	6,00				2,50	8,50	4º

GESTOR CADÚNICO

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Entrevista	Total	Classificação
			Especialização área	Cursos na área	Experiência na área			
Diego Baumann	4475676	8,40		3,00	3,00	5,00	19,40	1º
João Luis Suppi Rodrigues	4862095	7,40				5,00	12,40	2º
Priscila Fachini	3458369	7,75				3,00	10,75	3º
Caroline Cattoni	4.280.633-0	6,60				3,00	9,60	4º
Patricia dos Santos	4.719.521-5	6,25				2,50	8,75	5º
Leonardo Schutte	5613162	7,00					7,00	6º
Michelle Caroline Siqueira	3860524	6,35					6,35	7º

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Entrevista	Total	Classificação
			Especialização área	Cursos na área	Experiência na área			
Jonathan Luiz Nardelli	4280762	6,30	2,00	3,00	3,00	4,00	18,30	1º

MONITOR SOCIAL

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Entrevista	Total	Classificação
			Especialização área	Cursos na área	Experiência na área			
Luiz Felipe Rahn	4.527.818-0	6,25				5,00	11,25	1º
Ediane Pavanete	4.749.612-6	6,25				4,50	10,75	2º
Angela Kuroski	4024652	7,20				3,50	10,70	3º
Bruna Girardi	3512955	8,60				2,00	10,60	4º
Ílisa Juraszek	1676865	6,95				3,50	10,45	5º
Deisy Mantoanelli	4690184	7,90				2,50	10,40	6º
Emellin Luana Sorgatto	4347871	7,60				2,50	10,10	7º
Naiara Xavier Cardoso	4475190	6,25		1,00		2,50	9,75	8º
Andre Fritze	5750432	6,95				1,50	8,45	9º
Bianca Carla Leite	3626364	6,25					6,25	10º
Rui Rocha Vicenti	2911763	6,00					6,00	11º

INSTRUTOR DE PADARIA

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Prova Prática	Entrevista	Total	Classificação
			Graduação	Cursos na área	Experiência na área				
Valdoni Faustino	723880	7,25		1,00	3,00	10,00	5,00	26,25	1º

MOTORISTA

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Prova Prática	Entrevista	Total	Classificação
			Graduação ou Ensino Médio	Cursos na área	Experiência na área				
Jean Augusto Erckmann	2915527	7,60			3,00	6,20	4,00	20,80	1º
Jony Lino Beling	576.988-4	7,95				6,60	2,50	17,05	2º

Rio do Sul, 19 de outubro de 2010.

DIONISIO MAÇANEIRO

Prefeito Municipal em exercício

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 42

DECRETO N. 42, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

DECRETA TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO DE SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da lei,

DECRETA

Art. 1º. Turno único de atendimento no horário das 07:00 às 13:00 horas nos setores da Administração Municipal a partir do dia 03 de novembro de 2010 e será por tempo indeterminado.

Art. 2º. Exclui-se desta determinação a Secretaria Municipal de Saúde que fará atendimento em dois períodos no horário normal de atendimento do Posto de Saúde do Município.

Art. 3º. As escolas municipais terão funcionamento em horário normal e de acordo com o calendário escolar com transporte escolar sem alteração de itinerários e horários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 20 de outubro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

SIBELE SANTIAN GAIO

Secretária de Administração e Finanças

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.109, de 19 de outubro de 2010.

DECRETO Nº 4.109, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

Declara de Utilidade Pública bens imóveis, para fins de desapropriação por via amigável e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, com base no artigo 5º e 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO a política de estímulo do Município de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de fortalecer seu parque fabril;

CONSIDERANDO que a função do Poder Público é incentivar a criação de emprego e renda para propiciar a população uma melhor qualidade de vida;

CONSIDERANDO a necessidade do Município em adquirir imóvel para implantação de indústrias;

CONSIDERANDO por fim, que, após estudos realizados, constatou-se que os imóveis objetos desta Declaração de Utilidade dispõem de condições ideais, eis que atendem as finalidades precípuas da Administração, cujas condições de instalação e localização condicionam a sua escolha;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para efeito de desapropriação os seguintes bens imóveis:

I - Parte do lote rural de terras de cultura e matos, número vinte e um □c' (21-C), com a área superficial de trinta e cinco mil, cento e cinquenta e três vírgula dezessete metros quadrados (35.153,17m²), situada na Secção Ibicaré, na Fazenda Saudades, neste Município, código INCRA 815.292.004.863-7, imóvel lote rural nº 76-A, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 15083, conforme constante no anexo I deste Decreto;

II - Parte do Lote Rural de terras de cultura e matos, número vinte e um □c' (21-C), com a área superficial de setenta e nove mil, duzentos e treze vírgula quarenta e dois metros quadrados (79.213,42 m²), sem benfeitorias, situada na Secção Ibicaré, na Fazenda Saudades, neste Município, imóvel lote rural nº 76-A, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 15082, conforme constante no anexo II deste Decreto.

Art. 2º Fica concedido o prazo de 20 (vinte) dias para possibilitar eventuais impugnações por parte de qualquer interessado.

Art. 3º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de outubro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECRETO Nº 4.109, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010

MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº 15083

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de outubro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECRETO Nº 4.109, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010

MATRÍCULA DO Nº 15082

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de outubro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO III

DECRETO Nº 4.109, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010
PLANTA TOPOGRÁFICA

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de outubro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Anulação Aviso de Licitação Processo 116/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, torna público para conhecimento dos interessados, ANULAÇÃO da publicação, Aviso de Licitação Processo 116/2010 Tomada de Preços nº 15, publicado no dia 19/10/2010. Por Equívoco Técnico na escolha da Modalidade, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE DE FIBRA ÓPTICA INTERLIGANDO PONTOS DE RÁDIO FREQUÊNCIA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. INFORMAÇÕES www.licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 116/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 04/11/2010, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 63 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE DE FIBRA ÓPTICA INTERLIGANDO PONTOS DE RÁDIO FREQUÊNCIA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Dispensa Nº50.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R-202
www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO - DISPENSA n.º 50/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1- Nos termos do art. 24, I, da Lei n.º 8.666/1993, dos orçamentos apresentados pela Secretaria de Transportes e Obras é dispensável a licitação para a execução da obra de calçamento com fornecimento de materiais, na localidade de Rocinha neste

município de São Pedro de Alcântara

2- Para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, expõe-se o que segue:

2.1- Contratam-se os serviços acima explicitados ao valor de R\$ 9.776,00 (nove mil setecentos e setenta e seis reais), valor este o menor dentre três orçamentos prévios.

2.2- A contratação dá-se com a Empresa CONSTART CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.827.429/0001-00.

2.3- Para a assinatura do contrato, a empresa CONSTART CONSTRUÇÕES LTDA. deverá apresentar, além de cópia autenticada de seu estatuto social devidamente registrado, a prova de regularidade com o INSS (CND) e com o FGTS, uma declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7º XXXIII, da Constituição Federal de 1998, que trata da proibição do trabalho infantil; e a CND Municipal de sua sede ou domicílio;

3- No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2010.
ALMIR MIRINHO DA SILVA
Prefeito Municipal e.e.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

I Errata de Edital Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 84/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
89275-000 – SCHROEDER/SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
Nº. 84/2010-PMS
PROCESSO Nº. 163/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal em exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados errata de itens e data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 84/2010-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material de divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

2.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 10 de novembro de 2010
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09h45min.
- d) Abertura do processo: às 10h.

3.3.3. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 10 de novembro de 2010 às 09h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 84/2010-PMS TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material de divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde e Assistência Social e da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Prefeitura	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário Referência	Valor R\$ Total Referência
01	Faixa de TNT de 4 metros de comprimento por 0,60 m de Largura, pintada com até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	Unidade	38	16	54	40,66	2.195,64
02	Faixa de TNT de 3 metros de comprimento por 0,60 m de Largura, pintada com até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	Unidade	32	-	32	32,66	1.045,12
03	Faixa em Lona B.O. de 4,00 x 0,60 m, com impressão digital de boa qualidade. As extremidades horizontais da lona deve ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca.	Unidade	20	-	20	81,60	1.632,00
04	Faixa em Lona B.O. de 3,00 x 0,60 m, com impressão digital de boa qualidade. As extremidades horizontais da lona deve ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca.	Unidade	11	-	11	67,20	739,20

05	Banner em Lona B.O. de 4,00 x 2,00 m com impressão digital de boa qualidade. Impressão digital de 720 DPIS; gramatura 440; aplicação de logomarcas dos patrocinadores. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) acabamento com ilhéus em todos os lados.	Unidade	10	-	10	287,06	2.870,60
06	Banner em Lona B.O. de 3,00 x 1,50 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. acabamento com ilhéus em todos os lados.	Unidade	10	-	10	161,16	1.611,60
07	Banner em Lona B.O. de 1,80 x 1,00 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. acabamento com ilhéus em todos os lados.	Unidade	10	05	15	65,33	979,95

08	Banner em Lona B.O. de 1,50 x 0,70 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. acabamento com ilhéus em todos os lados.	Unidade	35	-	35	38,91	1.361,85
09	Banner/Lona Impressa em B.O. de 5,00 x 2,00 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ter acabamento com ilhéus em todos os lados. (Semelhante Out Door)	Unidade	10	-	10	346,16	3.461,60
10	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 10 x 40 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	Unidade	25	-	25	10,15	253,75
11	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 50 x 30 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	Unidade	25	-	25	27,86	696,50
12	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 50 x 20 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	Unidade	25	-	25	19,66	491,50
13	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 70 x 30 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	Unidade	27	01	28	39,33	1.101,24

14	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 40 x 30 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	Unidade	25	-	25	22,43	560,75
15	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 1,20 x 0,60 metros, com adesivo plástico aplicado em 01 cor.	Unidade	25	-	25	112,33	2.808,25
16	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 1,20 x 0,60 metros, com adesivo plástico aplicado em diversas cores.	Unidade	25	-	25	117,67	2.941,75
VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA							

Schroeder, 21 de outubro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

I ERRATA do Edital TOMADA de PREÇOS PARA COMPRAS e SERVIÇOS Nº. 09/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 – SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 09/2010 – PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 161/2010-PMS - TIPO: TÉCNICA E PREÇO

O Prefeito Municipal em exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados errata de itens referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 09/2010-PMS, para contratação de empresa especializada para informatização da Administração Pública Municipal, exceto Câmara de Vereadores, através de locação dos sistemas abaixo relacionados, específicos para gestão pública municipal, com instalação, implantação e treinamento, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, e incluindo a migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, ficando assim determinado:

Leia-se:

DO PREÂMBULO:

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Felipe Voigt, torna público, para conhecimento dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Comissão Permanente de Licitações de acordo com a Portaria nº. 3.521/2010, de 04 de maio de 2010, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, com adjudicação por TÉCNICA E PREÇO com as condições e especificações constantes no presente edital.

XII – DO JULGAMENTO:

12.1. Será considerado vencedor o licitante que oferecer a melhor proposta de técnica e preço do objeto desta licitação.

(...)

12.9.2.1 - As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a classificação por técnica e preço.

Schroeder, 21 de outubro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 214/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 214/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000. Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
02	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8° INPM) COM 01 LITRO CADA	Litros	100	400	10	510	2,37	1.208,70
18	LUVAS DE LÁTEX TAM P	Par	-	10	-	10	0,96	9,60
19	LUVAS DE LÁTEX TAM M	Par	20	10	05	35	0,96	33,60
VALOR R\$ TOTAL								1.251,90

Valor do contrato: R\$ 1.251,90 (um mil duzentos e cinquenta e um reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 215/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 215/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL CRONUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.079.621/0001-63, estabelecida na Rua Adolpho Bertoldi, nº. 506, Campo do Santana, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.490-470.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	AGUA SANITÁRIA C/CLORO ATIVO - GALÃO C/5 LITROS	Galão	75	200	10	285	2,98	849,30
05	DESINFETANTE DE 05 LITROS, EUCALIPTO OU LAVANDA	Galão	75	50	10	135	3,95	533,25
10	ESCOVÃO DE PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA	Unidade	10	05	05	20	3,15	63,00
11	ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, COM ESPUMA DE POLIURETANO	Unidade	100	200	40	340	0,23	78,20
15	MULTI-INSETICIDA AEROSOL - FRASCO C/ NO MÍNIMO 300ML	Unidade	20	30	08	58	4,10	237,80
17	LUSTRA MOVEIS FRAGRÂNCIA DE JASMIM, QUE PROJETA DE MANCHAS DE ÁGUA - FRASCO COM 200ML	Unidade	50	10	10	70	1,05	73,50

23	PANO DE CHAO CRU COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,90 M	Unidade	100	40	50	190	1,30	247,00
25	PANO DE PRATO GRANDE, NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 44 X 77 CM	Unidade	100	50	30	180	0,95	171,00
29	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES SUPER-BRANCO PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 21X24,5 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	Caixa	75	05	40	120	28,00	3.360,00
30	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA COM NO MÍNIMO 25 G COM HASTE - AROMAS DIVERSOS	Unidade	200	100	20	320	0,42	134,40
31	RODO (RE-FORÇADO DE ALUMÍNIO DE 0,60 M COM BORRACHA SUBSTITUÍVEL.)	Unidade	10	05	04	19	20,00	380,00
32	SABÃO EM PÓ DE 1º QUALIDADE COM SISTEMA BIOATIVO - PACOTE COM 5 KG	Pacote	25	25	10	60	11,30	678,00
38	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA COM CABO DE MADEIRA	Unidade	50	50	08	108	5,48	591,84
VALOR R\$ TOTAL								7.397,29

Valor do contrato: R\$ 7.397,29 (Sete mil trezentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 216/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 216/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.220.022/0001-43, estabelecida na Rua Bento Gonçalves, nº. 186, Bairro Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89216-110.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
21	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO	Unidade	20	05	05	30	0,77	23,10
VALOR R\$ TOTAL								23,10

Valor do contrato: R\$ 23,10 (Vinte e três reais e dez centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 217/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 217/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria

de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
04	CERA PLÁSTICA AUTO BRLHO INCOLOR GALÃO COM 05 LITROS	Galão	24	10	05	39	9,75	380,25
20	LUVAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO M - CAIXA COM 100 PARES	Caixa	10	200	25	235	9,69	2.277,15
24	PANO DE PÓ ATOALHADO	Unidade	100	10	50	160	0,55	88,00
37	SAPONACEO CREMOSO - FRASCO C/ 200 ML	Unidade	30	100	10	140	1,27	177,80
VALOR R\$ TOTAL								2.923,20

Valor do contrato: R\$ 2.923,20 (dois mil novecentos e vinte e três reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 218/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 218/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.785.417/0001-20, estabelecida na Rua 13 de maio, nº. 400, fundos, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-370.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo; Secretaria

de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
03	AMACIANTE DE ROUPAS - FRASCO COM 02 LITROS	Frasco	20	20	-	40	2,23	89,20
28	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES NA COR CREME - PACOTE COM MINIMO 1250 FOLHAS.	Pacote	-	200	-	200	4,20	840,00
34	SACO PLÁSTICO DE LIXO - 100 LITROS - COM 100 UNIDADES	Pacote	30	50	20	100	10,98	1.098,00
40	COPOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTES DE 400 ML COM 100 UNIDADES CADA.	Pacote	10	05	100	115	3,00	345,00
VALOR R\$ TOTAL								2.372,20

Valor do contrato: R\$ 2.372,20 (dois mil trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 219/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 219/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.245.708/0001-87, estabelecida na Rua

Willibaldi Kayser, nº. 348, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81170-590.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
07	LIMPADOR / DESENGRAXANTE DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES (para remoção de óleos, graxas impregnadas e sujeiras diversas de piso, vidros, mármore, banheiros, máquinas, fórmicas, metais, estofados e carpetes) diluição máxima de 10% em água. Galão com 5 litros.	Galão	50	05	05	60	6,19	371,40
09	ESCOVA PLÁSTICA PARA LAVAR ROUPA COM NO MÍNIMO 102 mm x 260 mm.	Unidade	10	10	05	25	1,13	28,25
36	SACO PLÁSTICO DE LIXO - 60 LITROS - COM 100 UNIDADES	Unidade	30	50	25	105	7,25	761,25
39	COPOS DESCARTÁVEIS BRANCOS DE 180 ML COM 100 UNIDADES CADA.	Pacote	2.000	300	50	2.350	0,78	1.833,00
45	LUVAS DE LÁTEX TAM G	Par	20	-	02	22	1,10	24,20
VALOR R\$ TOTAL								3.018,10

Valor do contrato: R\$ 3.018,10 (Três mil e dezoito reais e dez centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 220/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 220/2010-PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº. 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
22	PANO DE CHÃO ALVEJADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,90 M	Unidade	100	40	25	165	2,36	389,40
27	PAPEL TOALHA FOLHAS DUPLAS SUPER ABSORVENTE PARA COZINHA, BOBINAS COM NO MÍNIMO 60 FOLHAS PICO-TADAS. EMBALAGEM COM 2 BOBINAS.	Pacote	20	02	10	32	1,90	60,80
42	SABÃO EM PEDRA COM 200 G - 5 UNIDADES POR EMBALAGEM	Unidade	10	10	05	25	2,20	55,00
VALOR R\$ TOTAL								505,20

Valor do contrato: R\$ 505,20 (quinhentos e cinco reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 221/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
 89275-000 - SCHROEDER – SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 221/2010–PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: NAZAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO MATERIAL DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.329.388/001-18, estabelecida na Rua Arthur Mantau, nº. 1067, Weissbach, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89032-310.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
35	SACO PLÁSTICO DE LIXO - 30 LITROS - COM 100 UNIDADES	Pacote	30	20	25	75	5,08	381,00
43	PAPEL HIGIENICO ROLÃO BRANCO SIMPLES COM 500 METROS - PACOTE C/ 08 ROLOS	Pacote	-	10	-	10	21,30	213,00
VALOR R\$ TOTAL								594,00

Valor do contrato: R\$ 594,00 (Quinhentos e noventa e quatro reais).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 222/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 222/2010–PMS

Processo de licitação nº. 145/2010 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: SATELITE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.629.072/0001-67, estabelecida na Avenida Frederico Lambertucci, nº. 863, Fazendinha, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.330-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras Secretarias	Qtde. Secretaria Educação	Qtde. Fundo Assistência Social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
06	DESODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL COM NO MÍNIMO 400 ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS.	Unidade	50	02	10	62	4,91	304,42
08	Detergente líquido neutro com 500 ml. Ideal para louças, talheres e utensílios domésticos. Com fórmula concentrada e consistente resultando em maior economia.	Unidade	300	300	100	700	0,67	469,00
16	LIMPA VIDROS COM NO MÍNIMO 500 ML, EM EMBALAGEM COM GATILHO.	Unidade	30	10	10	50	1,15	57,50
26	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, SUPERBRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDO COM 64 ROLOS.	Fardo	100	05	30	135	36,00	4.860,00

33	SABONETE PE-ROLADO ERVA-DOCE GALÃO 05 LITROS	Galão	30	25	08	63	7,08	446,04
41	BALDE PLÁSTICO COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS	Unidade	10	10	04	24	1,82	43,68
44	PACOTE FOSFORO - C/ 10 CAIXAS CONTENDO 40 PALITOS CADA	Pacote	-	40	-	40	1,02	40,80
VALOR R\$ TOTAL								6.221,44

Valor do contrato: R\$ 6.221,44 (Seis mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 19/10/2010 – Vigência: 19/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 76/2010

DECRETO Nº 076/10, de 15 de outubro de 2010.
DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 01 de novembro de 2010 (segunda-feira), em transferência da comemoração do dia do servidor público, que ocorrerá no dia 28 de outubro de 2010.

Parágrafo único. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 15 de outubro de 2010.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Convenio PMT 15/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 015/2010

CONVENIADA: Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
OBJETO: Repasse de recursos financeiros para custear despesas com promoção de eventos de final de ano.

Valor: R\$ 40.000,00

Vigência: Novembro e Dezembro de 2010

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato N. 370/2010 - FMAS

Contrato Nº.: 370/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : Mercado RZ Ltda.

Valor : R\$ 551,30 (quinhentos e cinquenta e um reais e trinta centavos)

Licitação : PR 32/2010 - FMAS

OBJETO : Aquisição de material de higiene e limpeza para serem utilizados pelos núcleos do PETI, Sentinela, Casa Lar, CRAS e Departamento de Ação Social.

Extrato Contrato N. 364/2010

Contrato Nº.: 364/2010

Data de Assinatura: 01/10/2010

Fornecedor : Controller Tecnologia e Sistemas de Informação.

Valor : R\$ 22.787,80 (vinte e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)

Licitação : TP 13/2010 - PMV

OBJETO : Contratação de empresa especializada para cessão de licenciamento de uso de sistema informatizado integrado para gestão escolar na rede municipal de ensino, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Extrato Contrato N. 365/2010

Contrato Nº.: 365/2010

Data de Assinatura: 01/10/2010

Fornecedor : COOPESC - Cooperativa Profissionais em Serviços Públicos e Privados de SC.

Valor : R\$ 476.962,50 (quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Licitação : TP 14/2010 - PMV

OBJETO : Contratação de empresa especializada para execução de ações de qualificação social e profissional do convênio Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, conforme termo de adesão firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Extrato Contrato N. 366/2010

Contrato Nº.: 366/2010

Data de Assinatura: 05/10/2010

Fornecedor : Miranda e Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda.

Valor : R\$ 3.161,08 (três mil, cento e sessenta e um reais e oito centavos)

Licitação : PR 165/2010 - PMV

OBJETO : Aquisição de peças para Retroescavadeira Case 580L, frota 121, da Secretaria de Agricultura.

Extrato Contrato N. 367/2010 - FMAS

Contrato Nº.: 367/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : Roberto Tessaro e Cia Ltda.

Valor : R\$ 3.449,50 (três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

Licitação : PR 31/2010 - FMAS

OBJETO : Aquisição de móveis e eletrodomésticos para serem utilizados pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social, PETI, CEBEM, Grupo da 3ª idade e Departamento de Ação Social.

Extrato Contrato N. 368/2010 - FMAS

Contrato Nº.: 368/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : Dismacenter Suprimentos para Informática Ltda.

Valor : R\$ 12.630,00 (doze mil, seiscentos e trinta reais)

Licitação : PR 31/2010 - FMAS

OBJETO : Aquisição de móveis e eletrodomésticos para serem utilizados pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social, PETI, CEBEM, Grupo da 3ª idade e Departamento de Ação Social.

Extrato Contrato N. 369/2010

Contrato Nº.: 369/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : Mil Plantas Indústria e Comércio Ltda.

Valor : R\$ 1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais)

Licitação : PR 166/2010 - PMV

OBJETO : Aquisição de materiais para jardinagem que serão utilizados para manutenção dos canteiros de flores nas praças, escolas e Posto de Saúde pela Secretaria de Agricultura.

Extrato Contrato N. 371/2010 - FMAS

Contrato Nº.: 371/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : Comercial de Alimentos Miozzo Ltda.

Valor : R\$ 3.149,98 (três mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos)

Licitação : PR 32/2010 - FMAS

OBJETO : Aquisição de material de higiene e limpeza para serem utilizados pelos núcleos do PETI, Sentinela, Casa Lar, CRAS e Departamento de Ação Social.

Extrato Contrato N. 372/2010 - FMAS

Contrato Nº.: 372/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.

Valor : R\$ 683,81 (seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos)

Licitação : PR 32/2010 - FMAS

OBJETO : Aquisição de material de higiene e limpeza para serem utilizados pelos núcleos do PETI, Sentinela, Casa Lar, CRAS e Departamento de Ação Social.

Extrato Contrato N. 373/2010 - FMAS

Contrato Nº.: 373/2010

Data de Assinatura: 07/10/2010

Fornecedor : Amanda Comércio de Papéis e Embalagem Ltda.

Valor : R\$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais)

Licitação : PR 32/2010 - FMAS

OBJETO : Aquisição de material de higiene e limpeza para serem utilizados pelos núcleos do PETI, Sentinela, Casa Lar, CRAS e Departamento de Ação Social.

Edital de Convocação Nº 063/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063/2.010 PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADO	CARGO
1. Sebastião Ferreira	Ag. Ser. Oper.- Cond. Caminhão Basculante

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de outubro de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato Ata N. 171/2010 - FMS

Ata de Registro de Preços nº: 171/2010

Data de Assinatura: 05/10/2010

Fornecedor : FARMÁCIA EDSON COLLE LTDA EPP

Valor : desconto de 36 %

Licitação : Pregão Presencial nº 66/2010 - FMS

Objeto : Registro de Preço com o maior percentual de desconto sobre a tabela de preços divulgada pela ABCFARMA, para fornecimento de medicamentos não disponíveis no estoque da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a prescrição médica.